

PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

CNPJ/MF n.º 13.416.322/0001-68

Administração e Gestão

PÁTRIA

INVESTIMENTOS

Pátria Investimentos Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar, São Paulo, SP

Distribuição pública de até 3.500 (três mil e quinhentas) quotas de uma única classe, nominativas e escriturais, da segunda emissão ("Quotas" e "Segunda Emissão", respectivamente) do Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo"), perfazendo o montante total de até:

R\$ 3.500.000,00
(três milhões e quinhentos mil reais)

Registro na CVM: A Segunda Emissão foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob nº [●], em [data].

O Fundo, um condomínio fechado constituído nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.ºs 460/2007 e 391/2003, tem por objetivo obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, bônus de subscrição, debênture, conversíveis ou não em ações, ou outros valores e títulos de emissão de companhias, abertas ou fechadas, especificamente constituídas para implementar projetos de energia renovável no Brasil.

O Fundo foi constituído pelo Pátria Investimentos Ltda., na qualidade de administrador do Fundo ("Administrador"), em 21 de março de 2011, sendo que seu regulamento atual encontra-se registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 8.764.358 ("Regulamento").

As Quotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado ("Oferta"), coordenado pela Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.285.390/0001-40 (o "Distribuidor"). A Segunda Emissão é composta por até 3.500 (três mil e quinhentas) Quotas com preço unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o "Preço de Emissão"), totalizando o montante equivalente a R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). A Segunda Emissão foi aprovada na Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, datada de 24 de junho de 2011 e registrada no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº 8.773.095.

O público alvo da Oferta é constituído exclusivamente por investidores qualificados, conforme definição do art. 109 da Instrução CVM nº 409/04. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor. Qualquer rentabilidade obtida pelo Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às cláusulas do Regulamento relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição de sua Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito, conforme descrito na Seção 3 deste Prospecto, nas páginas 19 a 21.

Todo quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira (inclusive quanto à possibilidade de utilização de instrumentos derivativos), da qualificação e da experiência profissional do corpo técnico do Administrador, das despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o investidor tenha que arcar, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda do patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

As Quotas do Fundo não foram registradas para negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Não obstante, o Administrador poderá registrá-las para negociação em mercado secundário posteriormente.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das normas emanadas da CVM.

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM. Tais estratégias de derivativos, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os quotistas do Fundo.

"A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO."

"OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 19 A 21."

"AS QUOTAS OBJETO DA PRESENTE OFERTA NÃO SERÃO NEGOCIADAS EM BOLSA DE VALORES OU EM SISTEMA DE MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO, NÃO PODENDO SER ASSEGURADA A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES SOBRE PREÇOS PRATICADOS OU NEGÓCIOS REALIZADOS."

"ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTE FUNDO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS."

"O FUNDO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC."

"A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA."

"E AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO."

A data deste Prospecto é 29 de junho de 2011.

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	5
2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	10
Características da Oferta	11
Negociação das Quotas e Direito de Preferência	15
Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta	15
Relacionamento entre o Administrador e o Distribuidor	16
Potenciais Conflitos de Interesse	16
Suspensão, Revogação, Modificação e Cancelamento da Oferta.....	16
Outras Informações	17
Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo.....	18
Declaração do Administrador.....	18
Declaração do Distribuidor	18
3. FATORES DE RISCO	19
Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida	20
Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Ativos do Fundo.....	20
Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo.....	20
Pagamento Condicionado aos Ativos do Fundo	21
Concentração da Carteira do Fundo	21
Não existência de Garantia de Rentabilidade	21
Riscos Provenientes do Uso de Derivativos	21
Outros Riscos	21
4. PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL – FIP IE	23
Forma, Base Legal e Prazo de Duração	24
Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento	24
Administração e Gestão do Fundo	24
Prestadores de Serviço do Fundo.....	25
Objetivo do Fundo	25
Investimentos do Fundo	26
Co-Investimento	27
Período de Investimentos para a Formação da Carteira.....	27
Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas	28
Condições de Amortização e Resgate das Quotas	31
Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo	32
Inadimplência dos Quotistas.....	33
Liquidação do Fundo e de seus Investimentos.....	34
Assembleia Geral de Quotistas	35
Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses	35

Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo	36
Taxas e Encargos do Fundo	37
Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo	38
Atendimento aos Quotistas	41

5. ANEXOS

42

Anexo I - Cópia da Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, realizada em 24 de junho de 2011	43
Anexo II - Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto	46
Anexo III – Declaração do Administrador nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03	75
Anexo IV – Declaração do Distribuidor nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03	77
Anexo V – Minuta do Compromisso de Investimento	79

1. DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Administrador	Pátria Investimentos Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.145.646/0001-80
Auditores Independentes	Na data deste Prospecto, a empresa de auditoria contratada pelo Fundo era a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Capital Comprometido	Montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento
Capital Integralizado	Valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas
Carteira	Carteira de investimentos do Fundo, formada por Valores Mobiliários e Outros Ativos, de acordo com os critérios de diversificação e composição estabelecidos no Regulamento
Co-Investimento	Composição de recursos do Fundo com recursos de outros investidores, incluindo outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador
Compromisso de Investimento	Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Subscrição e Integralização, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas
Custodiante	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão	180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão
Distribuidor	Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instrução CVM n.º 391/03

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 391, de 16 de julho de 2003, conforme alterada

Instrução CVM n.º 400/03

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada

Instrução CVM n.º 406/04

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 406, de 27 de abril de 2004, conforme alterada

Instrução CVM n.º 409/04

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada

Instrução CVM n.º 460/07

Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 460, de 10 de outubro de 2007, conforme alterada

IPCA

Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE

Novas Quotas

Novas quotas que venham a ser emitidas pelo Fundo, além das Quotas da primeira e da Segunda Emissão

Outros Ativos

Além dos Valores Mobiliários, outros ativos que podem ser objeto de aquisição pelo Fundo, quais sejam, certificados de depósito bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, quotas de emissão de fundos de investimento regulados pela Instrução CVM n.º 409/04, e/ou títulos públicos federais

Partes Ligadas

São consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo: (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% (dez por cento) ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou (ii) qualquer pessoa jurídica (exceto fundos de investimento) em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% (dez por cento) ou mais do capital social, direta ou indiretamente; ou (iii) qualquer fundo de investimento em que qualquer Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do patrimônio, direta ou

indiretamente; ou (iv) qualquer pessoa física que seja parente de até segundo grau do Quotista; ou (v) qualquer pessoa física que seja sócio, administrador ou funcionário do Administrador.

Patrimônio Autorizado

Patrimônio autorizado do Fundo na data deste Prospecto, correspondente a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)

Patrimônio Inicial

O patrimônio inicial do Fundo, formado por, no mínimo, 5.000 (cinco mil) quotas, o qual foi atingido, visto a subscrição de 40.277 (quarenta mil, duzentas e setenta e sete) quotas da primeira emissão

Período de Desinvestimento

Período que se iniciará no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do Período de Investimento e se estenderá até a data de liquidação do Fundo

Período de Investimento

Período de investimento em Valores Mobiliários, que se iniciou em 21 de março de 2011, data da primeira emissão, e se estenderá por até 5 (cinco) anos, até a integralização total das quotas subscritas, conforme estabelecido nos Compromissos de Investimento, o que ocorrer primeiro

Preço de Emissão

Valor correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota

Preço de Integralização

Preço de emissão da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento

Segunda Emissão

Distribuição pública de até 3.500 (três mil e quinhentas) Quotas, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09.

Prospecto

Este prospecto preliminar de distribuição pública de Quotas da Segunda Emissão do Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura

Quotas

Quotas de uma única classe, nominativa e escriturais, de emissão do Fundo

Quotas Ofertadas

As Quotas colocadas à venda por qualquer Quotista a terceiros

Quotista Inadimplente

Quotista que deixe de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de aportar recursos no Fundo mediante integralização de Quotas por ele subscritas, conforme estabelecido no respectivo Compromisso de Investimento

Quotistas	Investidores titulares de Quotas do Fundo
Regulamento	Regulamento do Fundo, anexo ao presente Prospecto
Requerimento de Integralização	Notificação encaminhada pelo Administrador a cada um dos Quotistas solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto, que não tenham sido definidos nesta Seção, terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Características da Oferta

A Oferta

As Quotas da Segunda Emissão serão objeto de distribuição pública exclusivamente no mercado brasileiro, em mercado de balcão não organizado. A Oferta será conduzida exclusivamente pela Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A., na qualidade de instituição intermediária da Oferta. Não há número mínimo de Quotas a serem distribuídas, tendo em vista que o Patrimônio Inicial do Fundo já foi atingido na primeira emissão de quotas.

Na primeira emissão de quotas do Fundo, encerrada na Assembleia Geral de Quotistas, datada de 24 de junho de 2011 e registrada no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 8.773.095, foram subscritas 40.277 (quarenta mil, duzentas e setenta e sete) quotas, e serão integralizadas conforme o seguinte cronograma, baseado no período de investimento do Fundo:

Nº de quotas da primeira emissão integralizadas	Data de integralização:
8.055	Até março / 2012
8.055	Até março / 2013
8.055	Até março / 2014
8.055	Até março / 2015
8.057	Até março / 2016

Autorizações

A Segunda Emissão foi aprovada por meio da Assembleia Geral de Quotistas, datada de 24 de junho de 2011 e registrada no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 8.773.095.

Público Alvo da Oferta

O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, conforme alterada (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os “Quotistas”).

Inadequação do Investimento

A SEGUNDA EMISSÃO NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE NÃO ESTEJAM CAPACITADOS A COMPREENDER E ASSUMIR OS SEUS RISCOS. O INVESTIMENTO NAS QUOTAS NÃO É ADEQUADO AOS INVESTIDORES QUE (I) NECESSITEM DE LIQUIDEZ, TENDO EM VISTA A POSSIBILIDADE DE SEREM

PEQUENAS OU INEXISTENTES AS NEGOCIAÇÕES DAS QUOTAS NO MERCADO SECUNDÁRIO; E/OU (II) NÃO ESTEJAM DISPOSTOS A CORRER OS DEMAIS RISCOS PREVISTOS NA SEÇÃO "FATORES DE RISCO".

Registro da Oferta das Quotas

A Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 391/03 e da Instrução CVM nº400/03.

Quantidade de Quotas da Segunda Emissão

A Segunda Emissão é composta por até 3.500 (três mil e quinhentas) Quotas, todas correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo, com preço de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota, no montante total de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

Preço de Emissão e de Subscrição no âmbito da Oferta

O Preço de Emissão das Quotas da Segunda Emissão foi fixado em R\$ 1.000,00 (mil reais) por Quota.

Procedimento de Subscrição e Integralização das Quotas e Prazo de Colocação

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

As Quotas da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro na CVM, mediante a assinatura do Compromisso de Investimento. As Quotas que não forem subscritas até a Data de Encerramento para Subscrição da Segunda Emissão serão canceladas pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo Preço de Integralização, na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, sendo que o Administrador notificará os Quotistas de tal necessidade, mediante envio do Requerimento de Integralização, especificando, no respectivo requerimento, o prazo e o montante para integralização das Quotas, que em nenhuma hipótese poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

O pagamento do Preço de Integralização deverá ser realizado em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, para conta corrente de titularidade do Fundo, a ser indicada pelo Administrador no Requerimento de Integralização.

Os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de emissão de uma ou mais Companhias Investidas dentro do prazo máximo permitido pela regulamentação da CVM. Caso os investimentos do Fundo não sejam realizados dentro desse prazo, o Administrador deverá restituir aos Quotistas o capital integralizado, sem qualquer acréscimo de rendimentos, se for o caso. A restituição se dará mediante a devolução do pagamento feito pelos Quotistas a título de integralização das Quotas, nas respectivas contas bancárias a serem indicadas pelos Quotistas.

O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas.

Direitos, Vantagens e Restrições das Quotas

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições e terão direito a voto na Assembleia Geral de Quotistas, proporcionalmente ao número de Quotas subscritas, observadas as regras de inadimplência previstas no Regulamento.

Caso algum Quotista deseje alienar suas Quotas do Fundo, os demais Quotistas terão direito de preferência na aquisição de tais Quotas ofertadas, nos termos dos itens 12.9 a 12.15 do Regulamento. Será permitida negociação das Quotas por meio de transações privadas. As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos itens 12.9.1 ao 12.9.3 do Regulamento do Fundo abaixo.

Os demais direitos, vantagens e restrições envolvendo o investimento nas Quotas estão descritos na seção “Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas”, página 28 abaixo.

Taxas Cobradas pelo Fundo

Não serão devidas pelos Quotistas quaisquer taxas de ingresso ou retirada do Fundo.

Classificação de Risco

A Segunda Emissão não contará com qualquer classificação de risco.

Condições da Oferta

A oferta das Quotas referentes à Segunda Emissão estará sujeita apenas às condições expressamente informadas neste Prospecto.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas condições de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria oferta, o Administrador poderá solicitar à CVM a modificação ou a revogação da Oferta.

Será sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores.

Deferido o pleito, a modificação da Oferta deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição e o Administrador deverá se acautelar e certificar, no momento de recebimento de novas aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Ainda, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados a respeito da modificação, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

A revogação da Oferta torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às quotas ofertadas.

Conforme faculta o art. 28 da Instrução CVM 400/03, a aceitação da Oferta, que se dá mediante a subscrição de Quotas do Fundo, configura compromisso irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento e demais documentos previstos no Regulamento.

Cronograma de Etapas de Oferta

Etapas		Data Estimada
Início da Oferta:	A Oferta, devidamente registrada perante a CVM, terá início após a divulgação do anúncio de início.	[•]/11
Prazo de Colocação:	As Quotas da Segunda Emissão deverão ser totalmente subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM.	Até [•]/11
Manifestação de Aceitação da Oferta pelos Investidores:	Iniciada a Oferta, os investidores interessados em adquirir Quotas junto ao Distribuidor poderão manifestar a sua intenção a qualquer momento durante o prazo de colocação, por meio de assinatura nos respectivos boletins de subscrição, até o encerramento da Oferta.	Até [•]/11

Distribuição junto ao Público As Quotas serão colocadas exclusivamente junto a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados, conforme definido na Instrução CVM nº409/04. Até [•]/11

Divulgação do resultado da Oferta O resultado da Oferta será divulgado ao término da Oferta, por meio da divulgação de anúncio de encerramento. [•]/11

Valor Mínimo de Subscrição

O valor mínimo de subscrição de Quotas para novos investidores será equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Número Mínimo de Quotas a Serem Distribuídas

Não há número mínimo de Quotas a serem distribuídas nesta Segunda Emissão, tendo em vista que o Patrimônio Inicial do Fundo já foi atingido na primeira emissão de quotas.

Negociação das Quotas e Direito de Preferência

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas.

O Administrador será responsável por comprovar a qualificação do investidor que estiver adquirindo Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o disposto na regulamentação aplicável.

Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas Quotas, deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas Quotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

As demais regras sobre o direito de preferência estão descritas no seção IV – Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda.

Distribuição Pública das Quotas e Custos da Oferta

O Distribuidor foi contratado pelo Administrador para realizar a distribuição pública das Quotas sob regime de melhores esforços. Desta forma, as Quotas que não forem subscritas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro da Segunda Emissão na CVM, serão canceladas pelo Administrador.

A colocação das Quotas será realizada no mercado de balcão não organizado, sob regime de melhores esforços, perante investidores considerados como qualificados nos termos da regulamentação em vigor, a serem indicados, pelo Administrador, ao Distribuidor.

O investidor poderá obter cópia do Contrato de Distribuição de Quotas do Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura na sede do Administrador e/ou do Distribuidor, conforme endereços constantes da seção “Outras Informações” abaixo.

Os custos de distribuição da Oferta serão arcados pelo Fundo, sendo compostos pela taxa de fiscalização da CVM, no valor de R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), e da comissão do Distribuidor, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando o montante de R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais). O custo unitário de distribuição da Oferta é de R\$ 7,82 (sete reais e oitenta e dois centavos), equivalente a 0,782% do preço unitário de distribuição.

Relacionamento entre o Administrador e o Distribuidor

Exceto pelo Contrato de Distribuição das Quotas do Fundo, não há quaisquer relações societárias, de investimento ou financeiras, bem como qualquer outro relacionamento relevante entre o Administrador, seus controladores, o grupo econômico no qual está inserido e o Distribuidor. O Distribuidor é a única e exclusiva instituição intermediária da Segunda Emissão.

O Administrador e o Distribuidor não mantêm qualquer relacionamento comercial e ou relações societárias além do relacionamento existente em razão do Distribuidor ter sido contratado para a prestação de serviços de administração e distribuição em outros fundos de investimento também administrados pelo Administrador.

Potenciais Conflitos de Interesse

O Administrador, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Distribuidor, o Custodiante e suas Afiliadas. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

No entanto, não há quaisquer conflitos de interesse entre quaisquer das partes envolvidas nos processos de distribuição, custódia e administração do Fundo.

Suspensão, Revogação, Modificação e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta)

dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal "O Dia", veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início, bem como dos demais atos e anúncios do Fundo. No caso de modificação da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão comunicados diretamente a respeito da modificação, para que confirmem, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio após o referido prazo. A revogação ou cancelamento da Oferta determina a ineficácia da mesma, bem como de todos os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes todos os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, sendo certo que a referida restituição deverá ocorrer nas mesmas condições, proporção, prazo e forma de pagamento realizada pelo respectivo investidor.

A aceitação da Oferta não poderá ser revogada pelos investidores, salvo nas hipóteses de revogação, modificação ou cancelamento da Oferta.

Outras Informações

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Segunda Emissão, bem como exemplares do Prospecto, poderão ser obtidos junto ao Administrador, ao Distribuidor e na CVM, nos endereços indicados no final desta seção.

Comissão de Valores Mobiliários

Centro de Consulta da CVM - RJ
Rua 7 de Setembro, 111, 5º andar
CEP 20159-900 Rio de Janeiro – RJ

CVM - SP

Rua Cincinato Braga, 340 - 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
CEP 01333-010 São Paulo – SP
Internet: www.cvm.gov.br

Administrador

Pátria Investimentos Ltda.
Sócio responsável pelo Fundo perante a CVM: Alexandre T. de Assumpção Saigh
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar
CEP 01452-001 São Paulo – SP
Tel.: (11) 3039-9000
Fax.: (11) 3039-9001

E-mail: nemer.rahall@patriainvestimentos.com.br

Internet: <http://www.patriainvestimentos.com.br/site/downloads.aspx>

Distribuidor

Socopa – Sociedade Corretora Paulista S.A.

At.: Daniel Doll Lemos

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355 - 3º andar

CEP 01452-002 São Paulo - SP

Tel.: (11) 3299-2166

Fax.: (11) 3299-2184

E-mail: daniel@socopa.com.br

Internet: <https://negocios.socopa.com.br/Conteudo/Prospectos.aspx>

Identificação do Auditor Independente e da Instituição contratada para prestar serviços de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais ao Fundo

Agente de Custódia, Controladoria e de Valores Mobiliários Escriturais

Itaú Unibanco S.A.

Tel.: (11) 5029-4520

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100

São Paulo - SP

Auditores Independentes

Deloitte Touch Tohmatsu Auditores Independentes

Tel.: (11) 5186-1000

Rua Alexandre Dumas, 1981

CEP 04717-906 São Paulo - SP

Declaração do Administrador

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, o Administrador, representado por seu Diretor, Sr. Luiz Otavio Reis de Magalhães, declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo, e se responsabiliza pela veracidade, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição. Vide Anexo III.

Declaração do Distribuidor

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Distribuidor, representado por seus Diretores, declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Distribuidor declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo, e se responsabiliza pela veracidade, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição. Vide Anexo IV.

3. FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da Carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

RISCOS RELACIONADOS AO INVESTIMENTO EM QUOTAS DO FUNDO

Restrições ao Resgate de Quotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas Quotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das Quotas serão realizadas, a critério do Administrador, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos em Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo ou na data de liquidação do Fundo. Caso os Quotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas Quotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à subscrição e integralização de suas Quotas e o disposto no Regulamento. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de quotas de fundos de investimentos em quotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os Quotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas Quotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Quotas.

Propriedade de Quotas vs. Propriedade dos Ativos do Fundo

Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Valores Mobiliários, a propriedade das Quotas não confere aos Quotistas propriedade direta sobre os Valores Mobiliários. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas integralizadas.

Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou de todos os Valores Mobiliários antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais Valores Mobiliários e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Quotistas.

Pagamento Condicionado aos Ativos do Fundo

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas aos Valores Mobiliários e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Quotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Concentração da Carteira do Fundo

O Fundo poderá adquirir Valores Mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em Valores Mobiliários de um único emissor e de pouca liquidez. Desta forma, os resultados do Fundo dependerão dos resultados atingidos por uma única Companhia Investida, bem como do setor econômico de atuação de tal Companhia Investida.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos pelo Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Quotas do Fundo.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos

O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades permitidas pela CVM. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores às que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.

Outros Riscos

Risco de Mercado: Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Quotas e perdas aos Quotistas.

Risco de Crédito: Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo.

Demais Riscos: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos. Além disso, as aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

4. PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL – FIP IE

PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

Os termos utilizados nesta Seção do Prospecto terão o mesmo significado que lhes for atribuído no Regulamento e na Seção "Definições" deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo dos capítulos do Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.

Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O Pátria Energia Renovável – Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regulado pela CVM e tem como base legal a Instrução CVM nº 391/03, conforme alterada, e pela Instrução CVM nº 460/07, estando adicionalmente sujeito aos termos e condições previstos em seu Regulamento.

O Fundo terá prazo de duração até 28 de abril de 2021, equivalente a 10 (dez) anos contados da data de registro de funcionamento na CVM, prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas.

Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, conforme alterada (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os "Quotistas").

O valor mínimo de subscrição inicial no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Administração e Gestão do Fundo

Qualificação do Administrador

O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria Investimentos Ltda., anteriormente denominada Pátria Investimentos S.A., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.145.646/0001-80, devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

O Pátria Investimentos Ltda. é uma empresa pioneira e uma das líderes no Brasil em gestão de ativos alternativos (ou *alternative assets*). O Pátria Investimentos está estruturado em duas áreas: (i) uma área de gestão de recursos, composta pelos grupos de *private equity* (recursos investidos em participações societárias majoritárias e/ou minoritárias relevantes, assegurando influência na gestão das empresas investidas), imobiliário, infraestrutura e capital management (composto por *hedge funds* e outros tipos de fundos de investimento que operam simultaneamente em segmentos variados do setor financeiro); e (ii) uma área de serviços de assessoria financeira a fusões, aquisições, reestruturações e finanças corporativas.

O Pátria atua no mercado financeiro brasileiro há 20 anos, sendo uma sociedade composta por profissionais com grande experiência no mercado financeiro brasileiro. A equipe do Pátria Investimentos é composta por mais de 130 colaboradores, dentre os quais 16 sócios.

O Pátria Investimentos possui sob gestão ativos que totalizam por volta de R\$ 6 bilhões. O Pátria Investimentos possui comprovada experiência nos mercados financeiros local e internacional, incluindo parcerias com os bancos de investimento norte-americanos Salomon Brothers e Oppenheimer, e com a gestora de ativos alternativos The Blackstone Group. Empresas como a Diagnósticos da América S.A. (DASA3) e a Anhanguera Educacional Participações S.A. (AEDU11) são exemplos de casos de sucesso em que o Pátria Investimentos participou da gestão. O Pátria Investimentos busca continuamente excelência estratégica, capacitação técnica, transparência e compromisso.

Qualificação do Distribuidor das Quotas

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., organizada sob a forma de Sociedade Anônima, subsidiária integral do Banco Paulista, iniciou suas atividades em 1967 tendo desenvolvido uma sólida reputação no segmento de mercado de capitais. Membro e agente de compensação da BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) e da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), tendo conquistado o Selo de Qualidade, outorgado em 2006. Atua no SOMA (Sociedade Operadora de Mercado de Acesso) e tem filial no Rio de Janeiro.

Prestadores de Serviço do Fundo

Custódia, Controladoria e Escrituração das Quotas do Fundo

A custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira é realizada por instituição devidamente qualificada a prestar serviços de custódia, o Itaú Unibanco S.A. Os serviços prestados pelo Custodiante ao Fundo constituem encargos do Fundo.

Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ou seu sucessor no exercício dessas funções, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação do Administrador.

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, bônus de subscrição, debêntures, conversíveis ou não em ações, ou outros valores mobiliários de emissão de companhias, abertas ou fechadas, especificamente constituídas para implementar projetos de energia renovável no Brasil, participando do processo decisório da companhia investida na qualidade de acionista controlador, seja isoladamente ou participando do bloco de controle, ou na qualidade de acionista relevante, exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

Investimentos do Fundo

O Fundo deverá aplicar, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em Valores Mobiliários de Companhias Alvo que atendam aos requisitos previstos no art. 1º da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, com redação dada pela Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010, sendo o restante aplicado em Outros Ativos.

Os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários são realizados mediante a observância dos termos e condições indicados no Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

Formação e Composição da Carteira

A Carteira do Fundo será composta por:

- (i) Valores Mobiliários das Companhias Investidas;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, (b) quotas de emissão de fundos de investimento das classes renda fixa, referenciado DI ou que possuam mais do que 90% (noventa por cento) de sua carteira em títulos públicos federais, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 do Regulamento.

Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo permitido pela regulamentação da CVM, observado o disposto no item 8.3.1 do Regulamento;
- (ii) sem prejuízo do disposto no subitem anterior, até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;
- (iii) durante os períodos que compreendidos entre a data de recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de

amortização e/ou ao Administrador, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo, sendo que competirá exclusivamente ao Administrador decidir sobre a época e o valor de amortização das Quotas do Fundo, de acordo com o previsto na Cláusula Treze do Regulamento; e

(iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Capital Comprometido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a investimentos programados, pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e do Regulamento.

Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do parágrafo anterior, o Administrador deverá restituir aos Quotistas o capital integralizado, sem qualquer acréscimo de rendimentos, se for o caso.

Os recursos do Fundo investidos em Outros Ativos poderão ser alocados até o limite de 100% (cem por cento) em títulos e/ou valores mobiliários de um mesmo emissor, exceto títulos públicos federais.

O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução CVM nº. 406/04, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM.

Em nenhuma hipótese o Regulamento poderá restringir ou limitar, por qualquer meio, as atividades atualmente desenvolvidas, ou a serem desenvolvidas, por qualquer Parte Ligada ao Administrador.

O Administrador deverá observar na composição da Carteira do Fundo eventuais limites de diversificação e concentração de ativos a que seus Quotistas estejam sujeitos, por força de lei ou de contrato, desde que o potencial quotista notifique previamente o Administrador, por escrito, sobre tais limites antes da data de subscrição de suas Quotas.

Co-Investimento

O Administrador poderá, a seu exclusivo critério, compor os recursos investidos do Fundo com recursos de outros investidores, incluindo outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador ou suas Partes Ligadas.

Período de Investimentos para a Formação da Carteira

O Período de Investimento em Valores Mobiliários do Fundo iniciou em 21 de março de 2011, data da primeira emissão, e se estenderá por 05 (cinco) anos ou até a integralização total das quotas subscritas, conforme estabelecido nos Compromissos de Investimento, o que ocorrer primeiro.

O Período de Investimento poderá ser encerrado antecipadamente ou estendido por até 2 (dois) períodos de 1 (um) ano cada a critério do Administrador.

Novos Aportes de Recursos

O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir integralizações remanescentes, até o limite do Capital Comprometido, a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida antes do término do Período de Investimento;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou
- (iii) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle ou do valor dos ativos das Companhias Investidas, conforme o caso.

Características, Direitos, Emissão, Subscrição, Integralização e Amortização das Quotas

Patrimônio Autorizado e Patrimônio Inicial do Fundo

O Patrimônio Autorizado do Fundo será de até R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e será composto por até 100.000 (cem mil) Quotas.

O Patrimônio Inicial do Fundo foi estabelecido em, no mínimo, 5.000 (cinco mil) quotas subscritas, já atingido após a colocação de 40.277 (quarenta mil, duzentas e setenta e sete) quotas na primeira emissão do Fundo.

Direitos Patrimoniais

Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

Direito de Voto das Quotas

Será atribuído a cada Quota o direito a um voto na Assembleia Geral de Quotistas, observado o disposto no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

Condições de Emissão e Subscrição de Quotas do Fundo

Emissões de Novas Quotas do Fundo, até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador e mediante aprovação da Assembleia.

O Administrador somente poderá distribuir Quotas do Fundo àqueles que se enquadrem e declarem estarem enquadrados nas condições de ingresso no Fundo por meio do Termo de Adesão, conforme previsto nos itens 12.4.1 e 12.9.1 do Regulamento.

No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Novas Quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá termo de adesão ao Regulamento e exemplar atualizado do Regulamento e deste Prospecto, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e neste Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto.

Integralização das Quotas do Fundo

As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos do Regulamento e do Compromisso de Investimento.

Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, e com a antecedência prevista no respectivo Compromisso de Investimento, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento.

Ao receberem o Requerimento de Integralização, os Quotistas serão obrigados a integralizar, no prazo mínimo de 10 (dez) dias, parte ou a totalidade de suas Quotas, conforme solicitado pelo Administrador.

As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de emissão, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo.

O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta seção.

Os Quotistas, ao subscreverem suas Quotas, comprometer-se-ão a cumprir os termos do Regulamento e dos respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações, estando também sujeitos ao disposto no item "Inadimplência dos Quotistas" abaixo.

Negociação das Quotas e Direito de Preferência para Compra e Venda

As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos parágrafos abaixo.

Não obstante o direito de preferência previsto nos parágrafos seguintes, caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento integral do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante.

O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação disposta no item 2.1 do Regulamento para proceder a transferência de titularidade de Quotas.

Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas Quotas, deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas Quotas deverá manifestar sua intenção por comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, os Quotistas com direito de preferência terão o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação do Administrador, para se manifestar quanto à sua intenção de adquirir as Quotas Ofertadas e, em caso afirmativo, deverão notificar o Administrador, que enviará a notificação ao Quotista alienante.

Na hipótese de haver sobras de Quotas Ofertadas, o Administrador deverá informar os Quotistas que exerceram seu direito de preferência, para que estes no prazo de 15 (quinze) dias corridos informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao Administrador, que a encaminhará ao Quotista alienante.

Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores e não havendo o exercício do direito de preferência por parte de qualquer Quotista sobre o total das Quotas Ofertadas, o Quotista alienante poderá alienar suas Quotas a terceiros, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias corridos, exceto se a proposta informada originalmente aos Quotistas sofrer qualquer alteração de forma a beneficiar o terceiro comprador.

Se ao final do prazo previsto no parágrafo anterior as Quotas Ofertadas não tiverem sido adquiridas por terceiros ou a proposta sofrer qualquer alteração, o procedimento previsto neste item deverá ser renovado.

O direito de preferência, nos termos deste item, não se aplica à transferência das Quotas Ofertadas para qualquer Parte Ligada ao Quotista alienante.

Condições de Amortização e Resgate das Quotas

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas.

O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam superiores ao valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

O pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao percentual integralizado por cada Quotista.

Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas integralizadas do Fundo, em benefício dos respectivos Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item “Inadimplência dos Quotistas” abaixo.

Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediada o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

(i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo ainda em circulação;

(ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada Quotista em relação ao valor total integralizado à época da liquidação, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na

forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas.

As Quotas do Fundo somente serão resgatadas na data de liquidação do Fundo.

Demonstrações Financeiras e Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM e pelo Regulamento.

O exercício social do Fundo encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Da Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, desde que não conflitem com as disposições do Regulamento. No primeiro ano após a respectiva data de aquisição, os Valores Mobiliários e Outros Ativos serão avaliados pelos preços de negociação em mercado de bolsa de valores, nos casos de ativos líquidos ou, quando não houver negociação em mercado organizado, de acordo com os seguintes critérios:

(i) Valores Mobiliários e Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;

(ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição, devendo ser feitas reavaliações de tais Valores Mobiliários somente após o primeiro aniversário de sua aquisição, nos termos do Regulamento; e

(iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo, conforme respectivos extratos de investimentos.

Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados nas seguintes situações:

(i) periodicamente, após o primeiro aniversário de aquisição do respectivo Valores Mobiliários, caso o Administrador entenda necessário; e

(ii) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo, a critério do Administrador.

A reavaliação dos Valores Mobiliários será feita pelo Administrador com base em relatório de avaliação econômico-financeira ("Estudo de Avaliação") ou nos termos do parágrafo seguinte ou outros métodos de avaliação aceitos pelas regras contábeis aplicáveis, a critério do Administrador. O Estudo de Avaliação, se for o caso, deverá ser baseado em avaliações elaboradas por empresa especializada, incluindo empresas de auditoria, consultoria e/ou banco de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima.

O Administrador poderá utilizar inferência de valor ou de preços observáveis, para reavaliar um determinado Valor Mobiliário da Carteira, com base em negociação efetivada por terceiros compradores, mesmo que tal negociação ocorra fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

Inadimplência dos Quotistas

A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no parágrafo seguinte, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Quotista Inadimplente, a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

(i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembleias Gerais; (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas integralizadas;

(ii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas, integralizadas ou não integralizadas, detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, podendo ser Quotista ou não, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

As consequências referidas no parágrafo anterior somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 5 (cinco) dias, na hipótese do subitem (i), ou de até 30 (trinta) dias, na hipótese do subitem (ii), a contar da data final de aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido e juros moratórios equivalentes a 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito corrigido, observado que o Administrador poderá não aplicar as penalidades previstas neste parágrafo caso obtenha a manifestação favorável da maioria dos Quotistas do Fundo, sendo dispensada a realização de assembléia geral.

Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas.

Se o Administrador realizar amortização de Quotas aos Quotistas do Fundo enquanto o Quotista Inadimplente for titular de Quotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização de suas Quotas.

Liquidação do Fundo e de seus Investimentos

A liquidação dos ativos do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 12.7.3 do Regulamento.

Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;
- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze do Regulamento; e/ou
- (iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira do Regulamento.

O cálculo do valor dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos no item "Avaliação do Patrimônio Líquido do Fundo" acima.

Assembleia Geral de Quotistas

As matérias de competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, bem como o quorum de instalação e aprovação das Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Treze do Regulamento.

Partes Ligadas e Situações de Conflitos de Interesses

Para os fins do Regulamento, são consideradas Partes Ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo:

- (i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% (dez por cento) ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente;
- (ii) qualquer pessoa jurídica (exceto fundos de investimento) em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% (dez por cento) ou mais do capital social, direta ou indiretamente; ou
- (iii) qualquer fundo de investimento em que o Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do patrimônio, direta ou indiretamente;
- (iv) qualquer pessoa física que seja parente de até segundo grau do Quotista; ou
- (v) qualquer pessoa física que seja sócio, administrador ou funcionário do Administrador.

Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, cujos contratos deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto no Regulamento.

Qualquer transação entre o Fundo e Partes Ligadas; o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador; ou as Partes Ligadas e as Companhias Alvo ou Companhias Investidas deverá ser levada para aprovação da Assembleia Geral de Quotistas, observado as exceções previstas neste item.

Salvo aprovação da maioria dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo nas quais participem:

- (i) o Administrador e qualquer Parte Ligada ao Administrador, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (ii) os Quotistas titulares de quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;
- (iii) quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos anteriores que:
 - (a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou
 - (b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

Salvo aprovação da maioria dos Quotistas e no caso referido no parágrafo abaixo, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii) do parágrafo acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver.

Fica expressamente aprovada qualquer operação listada nos parágrafos acima, desde que a participação do Administrador ou de Partes Ligadas ao Administrador na Companhia Alvo seja inferior a 30% (trinta por cento) do capital total da respectiva Companhia Alvo.

Política de Divulgação de Informações Relativas ao Fundo

O Administrador do Fundo deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

- (i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:
 - (a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e
 - (b) número de quotas emitidas.
- (ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:
 - (a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;
 - (b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto no Regulamento e na regulamentação aplicável;
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e

- (d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;
- (iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
 - (a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
 - (b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
 - (c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com o Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

Taxas e Encargos do Fundo

Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador não fará jus a qualquer remuneração. Não serão devidas pelos Quotistas quaisquer taxas de ingresso ou retirada do Fundo.

Encargos

Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de anúncios de início e de encerramento de oferta, relatórios, formulários e periódicos, previstas no Regulamento e na regulamentação;
- (iv) registro de documentos em cartórios, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas e eventuais, previstas na regulamentação pertinente, inclusive publicações e correspondência do interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;

- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição do Fundo, inclusive aquelas incorridas previamente para este fim, ou à fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (x) taxas de controladoria, de custódia e de liquidação dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive para reavaliação dos ativos da Carteira;
- (xii) despesas com taxas cobradas pelos distribuidores das Quotas e pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações de empréstimo ou no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso;
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 do Regulamento;
- (xv) despesas relativas à realização de Assembleia Geral de Quotistas; e
- (xvi) despesas gerais de prospecção, identificação e avaliação de investimentos, e prospecção, identificação e avaliação de oportunidades de desinvestimento, inclusive pagamentos de comissões de intermediários.

Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze do Regulamento.

Regras de Tributação do Fundo e dos Quotistas do Fundo

O disposto neste item foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas do Fundo e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira do Fundo é composta por, no mínimo, 90% (noventa por cento) em Valores Mobiliários e Outros Ativos, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de

investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Quotistas do Fundo devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo. Atualmente, a tributação dos Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura é regida pela Lei 11.478 de 29 de maio de 2004, alterada pela Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010.

Tributação Aplicável aos Quotistas do Fundo

IOF/Títulos

As operações com as Quotas do Fundo podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda Brasileira, bem como de moeda Brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente é de 2% (dois por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base (i) a residência dos Quotistas do Fundo: (a) no Brasil; e (b) no exterior; e (ii) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação: (a) a cessão ou alienação de Quotas; (b) o resgate de Quotas do Fundo; e (c) a amortização de Quotas do Fundo.

I. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

Conforme legislação vigente na data deste Prospecto, os rendimentos auferidos no resgate das Quotas, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas.

Adicionalmente ao previsto no parágrafo anterior, os ganhos auferidos na alienação das Quotas serão tributados:

(i) à alíquota zero, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa ou fora de bolsa;

(ii) como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa.

No caso de amortização de cotas, o imposto de renda incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição à alíquota de 15% (quinze por cento).

No caso de rendimentos distribuídos à pessoa física, nas formas previstas acima, tais rendimentos ficam isentos do imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas.

O disposto neste item I somente será válida caso o Fundo cumpra os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM.

Na hipótese de liquidação ou transformação do Fundo, conforme previsto no § 9º, art. 1º da Lei nº 11.478/10, aplicar-se-ão as alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

As perdas apuradas nas operações tratadas nesta item I, quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real não serão dedutíveis na apuração do lucro real.

II. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Os ganhos e rendimentos auferidos por Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689, serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador no seguinte endereço:

Pátria Investimentos Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2055, 7º andar

Tel.: (11) 3039-9000

Fax.: (11) 3039-9001

CEP 01452-001 São Paulo - SP

e-mail: nemer.rahall@patriainvestimentos.com.br

5. ANEXOS

Anexo I ao Prospecto

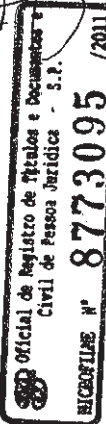
Cópia da Ata da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, realizada em 24 de junho de 2011

A

**PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM
PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA**

CNPJ/MF Nº 13.416.322/0001-68

**Ata da Assembleia Geral de Quotistas
realizada em 24 de junho de 2011.**



Data, Hora e Local: 24 de junho de 2011, às 10:00 horas, na sede do Pátria Investimentos Ltda. ("Administrador"), administrador do Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar, sala E.

Convocação e Presença: dispensada em virtude da presença de Quotistas representando a totalidade das quotas subscritas do Fundo.

Composição da Mesa: Luiz Otavio Reis de Magalhães, Presidente, e Marco Antonio Biajoto Pisani, Secretário.

Ordem do Dia: (i) encerramento da primeira emissão de quotas do Fundo; e (ii) deliberar sobre a segunda emissão de quotas do Fundo.

Deliberações, tomadas por unanimidade dos Quotistas:

- (i) formalizar o encerramento da primeira emissão ("Primeira Emissão") de quotas do Fundo, bem como o cancelamento de 9.723 (nove mil setecentas e vinte e três) quotas da Primeira Emissão, as quais não foram subscritas até a presente data;
- (ii) aprovar a segunda emissão de quotas do Fundo, a ser composta por até 3.500 (três mil e quinhentas) quotas (a "Segunda Emissão" e as "Quotas", respectivamente). As Quotas terão preço unitário de emissão correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Preço de Emissão"), perfazendo um valor total de emissão de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

As Quotas serão objeto de colocação pública, pela SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A., na qualidade de distribuidor da Segunda Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 400/03, devendo ser subscritas e integralizadas de acordo com os termos e condições do Regulamento e do Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Subscrição e Integralização a ser celebrado entre o(s) subscritor(es) das Quotas e o Administrador.

Por fim, o Administrador esclareceu que a custódia e controladoria do Fundo foi transferida para o Itaú Unibanco S.A.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada com a lavratura da presente ata, que será registrada no Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e, em seguida, encaminhada à CVM.

São Paulo, 24 de junho de 2011.

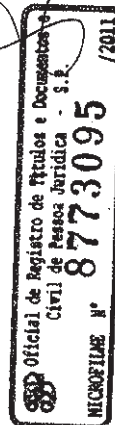
Luiz Otavio Reis de Magalhães
Presidente

Marco Antonio Biajoto Pisani
Secretário

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0001-66
Praça Padre Manoel da Nóbrega, 20 - Centro - CEP: 01015-010 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 1.150,52 Protocolado e prenotado sob o n. **8.773.095** em
Estado R\$ 326,99 **28/06/2011** e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 242,21 sob o n. **8.773.095**, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 60,56 Averbado a margem do registro n. **8764358**
T. Justiça R\$ 60,56 São Paulo, 28 de junho de 2011

Total R\$ 1.840,84
Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Bel. José Maria Siviero - Oficial
Bel. Francisco Roberto Longo - Oficial Substituto



Anexo II ao Prospecto
Cópia do Regulamento do Fundo em vigor na data deste Prospecto



Este Regulamento é parte integrante da Deliberação de Constituição do Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, datada de 21 de março de 2011.

**REGULAMENTO DO
PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL -
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E
COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO**

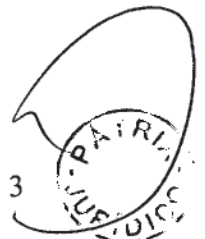
- 1.1. O Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
- 1.2. O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos contados da data do registro de funcionamento na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), prazo este que poderá ser prorrogado mediante proposta do Administrador e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas.
- 1.3. O patrimônio do Fundo será representado por 1 (uma) classe de quotas (“Quotas”).
- 1.4. As características, os direitos e as condições de emissão, distribuição, remuneração, amortização e resgate das Quotas são definidos por este Regulamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PÚBLICO ALVO

- 2.1. O Fundo é destinado a um grupo restrito de investidores, considerados qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, conforme alterada, (os subscritores de Quotas do Fundo em conjunto designados os “Quotistas”).
- 2.2. O valor mínimo de subscrição no Fundo será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- 2.3. O Fundo deverá ter um mínimo de 05 (cinco) Quotistas, sendo que cada Quotista não poderá deter mais de 40% (quarenta por cento) das quotas emitidas pelo Fundo ou auferir rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos do Fundo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADMINISTRADOR E OUTROS PRESTADORES DE
SERVIÇOS DO FUNDO**

QUALIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR



3.1. O Fundo será administrado e gerido pelo Pátria Investimentos Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.145.646/0001-80 (o “Administrador”), devidamente autorizado a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários pela CVM.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.2. Os serviços de tesouraria, contabilização e custódia serão contratados pelo Administrador, em nome e por conta do Fundo, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral de Quotistas, com instituição legalmente habilitada, na forma da regulamentação aplicável.

PODERES DE REPRESENTAÇÃO

3.3. Observada a regulamentação em vigor e os dispositivos deste Regulamento, inclusive, mas não se limitando, ao disposto nas Cláusulas Sétima e Oitava abaixo, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e à gestão do Fundo e para exercer os direitos inerentes à Carteira (conforme definida abaixo), inclusive o de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais e/ou especiais das Companhias Investidas (conforme definida abaixo), de qualquer natureza e/ou assembleias gerais de quotistas de fundos de investimentos cujas quotas venham a compor a Carteira do Fundo.

RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR

3.4. O Administrador poderá renunciar à administração e à gestão do Fundo, mediante notificação por escrito endereçada a cada Quotista e à CVM, com antecedência de, no mínimo, 60 (sessenta) dias. Nessa hipótese, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral de Quotistas para indicar seu substituto (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze deste Regulamento) ou decidir pela liquidação do Fundo, nos termos do item 3.6 abaixo, assembleia essa a ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de encaminhamento da notificação de que trata este item. Independentemente do disposto neste item, na hipótese de renúncia, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que outra instituição venha a lhe substituir ou até que o Fundo seja liquidado.

DESTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR PELOS QUOTISTAS

3.5. Além da hipótese de renúncia descrita no item 3.4 acima, o Administrador poderá ser destituído de suas funções na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze abaixo. A destituição do Administrador por vontade exclusiva dos Quotistas, poderá ser realizada com justa causa ou sem justa causa.

DESTITUIÇÃO POR JUSTA CAUSA

3.5.1. Para os fins de que trata esse Regulamento, será considerada justa causa a comprovação de que o Administrador (i) atuou com fraude ou violação grave, no desempenho de suas funções e responsabilidades como Administrador, devidamente comprovada por sentença arbitral, nos termos do item 19.5 abaixo; ou (ii) cometeu crime de fraude ou crime contra o sistema financeiro, devidamente comprovado em processo judicial transitado em julgado, ou ainda; (iii) foi impedido de exercer permanentemente atividades no mercado de valores mobiliários brasileiro. Além das hipóteses previstas acima, a ocorrência de falência, recuperação judicial ou extrajudicial do Administrador também será considerada como justa causa. Na hipótese de destituição do Administrador por justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso.

DESTITUIÇÃO SEM JUSTA CAUSA

3.5.2. A destituição do Administrador sem justa causa deverá ser precedida de envio, pelos Quotistas, ao Administrador, de uma notificação com, no mínimo, 90 (noventa) dias de antecedência da destituição, notificação esta que deve ter sido aprovada em Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de que trata a Cláusula Treze deste Regulamento. Na hipótese de destituição do Administrador sem justa causa, este permanecerá no exercício de suas funções até ser substituído ou até a data de liquidação do Fundo, se for o caso.

SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

3.6. A Assembleia Geral de Quotistas que for convocada para tratar das matérias previstas nos itens 3.4 ou 3.5 acima, deverá, obrigatoriamente, (i) indicar o substituto do Administrador, que terá até 45 (quarenta e cinco) dias, no caso do item 3.4, ou até 90 (noventa) dias, no caso do item 3.5, para assumir a administração do Fundo; ou (ii) decidir pela liquidação do Fundo. A deliberação da Assembleia Geral de Quotistas que indicar o substituto do Administrador deverá outorgar ao Administrador poder para liquidar o Fundo, caso seu substituto não assuma a administração do Fundo no prazo estipulado neste item 3.6.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

4.1. Pela administração e gestão do Fundo, o Administrador não fará jus a qualquer remuneração.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

5.1. Incluem-se entre as obrigações do Administrador:

- (i) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, durante o prazo de duração do Fundo e por 5 (cinco) anos após a liquidação do Fundo:

- (a) os registros de Quotistas e de transferências de Quotas;
 - (b) o livro de atas das Assembleias Gerais de Quotistas;
 - (c) o livro de presença de Quotistas;
 - (d) o arquivo dos pareceres dos auditores;
 - (e) os registros e demonstrações contábeis referentes às operações realizadas pelo Fundo e seu patrimônio; e
 - (f) a documentação relativa às operações do Fundo.
- (ii) receber dividendos, bonificações e quaisquer rendimentos ou valores do Fundo;
- (iii) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- (iv) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação;
- (v) elaborar, juntamente com as demonstrações contábeis semestrais e anuais do Fundo, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, incluindo declaração de que foram obedecidas as disposições da regulamentação e deste Regulamento;
- (vi) observado o disposto no item 5.2 abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, estudos e análises dos investimentos realizados pelo Fundo, incluindo os documentos elaborados pelo Administrador;
- (vii) observado o disposto no item 5.2 abaixo, fornecer aos Quotistas que, isolada ou conjuntamente, sejam detentores de pelo menos 10% (dez por cento) da totalidade das Quotas emitidas, e assim requererem, atualizações periódicas que tenham sido elaboradas dos estudos e análises preparados pelo Administrador;
- (viii) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no subitem (i) deste item 5.1. até o término de tal procedimento;
- (ix) exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes à Carteira e aos investimentos do Fundo;
- (x) transferir ao Fundo qualquer benefício e/ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administrador do Fundo;

- (xi) manter os Valores Mobiliários e os Outros Ativos (conforme definidos abaixo) integrantes da Carteira do Fundo custodiados junto à instituição custodiante;
- (xii) elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e outros documentos/informações exigidos nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor;
- (xiii) negociar e celebrar, em nome do Fundo, acordo de acionistas das Companhias Alvo (conforme definido abaixo) e/ou das Companhias Investidas, bem como quaisquer outros acordos referentes aos investimentos que venham a ser realizados pelo Fundo, sempre no melhor interesse dos Quotistas;
- (xiv) cumprir as deliberações da Assembleia Geral de Quotistas;
- (xv) decidir e implementar, a seu exclusivo critério e no melhor interesse do Fundo, a estratégia e diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo nas Companhias Alvo e nas Companhias Investidas, conforme o caso, incluindo a aquisição e/ou alienação parcial ou total dos Valores Mobiliários; e
- (xvi) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento e entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento.

5.2. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima, o Administrador poderá submeter tal requisição à prévia apreciação e aprovação da Assembleia Geral de Quotistas (observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze deste Regulamento), tendo em vista os melhores interesses do Fundo e de todos os Quotistas, considerando eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Alvo e/ou às Companhias Investidas. Na hipótese de realização de Assembleia Geral de Quotistas na forma deste item 5.2, os Quotistas que tenham requerido as informações de que tratam os subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima serão impedidos de votar.

5.3. O Administrador responderá pelos prejuízos causados aos Quotistas, quando proceder com culpa ou dolo, com violação da lei, das normas editadas pela CVM e deste Regulamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES DO ADMINISTRADOR

6.1. Será vedado ao Administrador, no exercício específico de suas funções e em nome do Fundo:

- (i) receber depósito em sua conta corrente;
- (ii) contrair ou efetuar empréstimos, exceto aqueles descritos no item 8.5 abaixo;
- (iii) prestar fiança, aval, aceite, ou co-obrigar-se sob qualquer outra forma, observado o disposto no item 6.2 abaixo;

- (iv) negociar com duplicatas, notas promissórias (excetuadas aquelas de que trata a Instrução da CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990) ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- (v) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (vi) aplicar recursos do Fundo:
 - (a) no exterior;
 - (b) na aquisição de bens imóveis; e
 - (c) na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

6.2. Observada as regras e orientações da CVM, o Fundo poderá prestar garantia a terceiros, mediante aprovação prévia da Assembleia Geral de Quotistas, e desde que a respectiva garantia seja necessária para que o Fundo cumpra seus objetivos de investimento ou desinvestimento, nos termos deste Regulamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBJETIVO E DOS INVESTIMENTOS DO FUNDO

7.1. O objetivo do Fundo é obter retornos significativos e valorização de capital a longo prazo por meio de investimento em ações, bônus de subscrição, debêntures, conversíveis ou não em ações, ou outros valores títulos de emissão de companhias, abertas ou fechadas, especificamente constituídas para implementar projetos de energia renovável no Brasil (as “Companhias Alvo”, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo, ou “Companhias Investidas”, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo), participando do processo decisório da companhia investida com efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e na sua gestão, notadamente por meio da indicação de membros do Conselho de Administração ou, ainda, pela detenção de ações que integrem o respectivo bloco de controle, pela celebração de acordo de acionistas ou pela celebração de ajuste de natureza diversa ou adoção de procedimento que assegure ao fundo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão.

7.2. Os valores mobiliários a que se refere o item 7.1 acima serão ações, certificados de depósito de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou que confirmem o direito ao recebimento de ações, ou de outros títulos e valores mobiliários, observado o disposto na legislação aplicável (os “Valores Mobiliários”).

7.3. O Fundo deverá aplicar, no mínimo, 90% (noventa por cento) do seu patrimônio em Valores Mobiliários de Companhias Alvo que atendam aos requisitos previstos no art. 1º da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, com redação dada pela Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010 (“Lei nº 11.478/10”), sendo o restante aplicado em Outros Ativos.

7.4. O Fundo terá o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a obtenção do registro de funcionamento da CVM para iniciar suas atividades e para enquadrar-se no nível de investimento previsto no item 7.3 acima.

7.5. Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os Quotistas do Fundo devem estar cientes de que (i) os ativos componentes da Carteira do Fundo poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos de investimento; e (ii) a Carteira do Fundo poderá estar concentrada em Valores Mobiliários de uma ou poucas companhias, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho de tal(is) companhia(s). Para tanto, ao ingressar no Fundo, o Quotista declarará expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração constará do Compromisso de Investimento (conforme definido abaixo).

7.6. As Companhias Alvo deverão observar os seguintes requisitos:

- (i) proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência desses títulos em circulação;
- (ii) estabelecimento de um mandato unificado de no máximo 02 (dois) anos para todo o Conselho de Administração;
- (iii) disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de sua emissão;
- (iv) concessão da faculdade do emprego de arbitragem como mecanismo de resolução dos conflitos societários;
- (v) auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM; e
- (vi) no caso de abertura do seu capital, obrigar-se-ão perante o Fundo a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste item 7.6.

7.7. O não atendimento pelo Fundo de qualquer das condições de que trata este artigo implica sua liquidação ou sua transformação em outra modalidade de fundo de investimento a ser determinada pela Assembleia Geral de Quotistas.

7.7.1. Caberá ao Administrador a responsabilidade pela verificação da adequação das Companhias Investidas aos requisitos estipulados nesta Cláusula Sétima.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA, LIMITES E RESTRIÇÕES DE INVESTIMENTO

8.1. Os investimentos do Fundo em Valores Mobiliários serão realizados mediante a observância dos termos e condições indicados neste Regulamento, podendo ser realizados por meio de negociações privadas e/ou negociações realizadas em bolsa de valores ou mercado de balcão.

8.2. A Carteira do Fundo (a “Carteira”) será composta por:

- (i) Valores Mobiliários das Companhias Investidas;
- (ii) rendimentos, dividendos e outras bonificações e remunerações que sejam atribuídas, durante o período de duração do Fundo, aos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; e
- (iii) (a) Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, (b) quotas de emissão de fundos de investimento das classes renda fixa, referenciado DI ou que possuam mais do que 90% de sua carteira em títulos públicos federais, e/ou (c) títulos públicos federais, desde que mediante a observância do disposto no item 8.3 abaixo (“Outros Ativos”).

8.3. Na formação, manutenção e desinvestimento da Carteira do Fundo serão observados os seguintes procedimentos:

- (i) sem prejuízo do disposto no subitem (iv) abaixo, os recursos que venham a ser aportados no Fundo, mediante a integralização de Quotas, deverão ser utilizados para a aquisição de Valores Mobiliários de uma ou mais Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que seja realizada a primeira integralização de Quotas no âmbito de cada chamada de capital, observado o disposto no item 8.3.1 abaixo;
- (ii) sem prejuízo do disposto no subitem (i) acima, até que os investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários sejam realizados, quaisquer valores que venham a ser aportados no Fundo, em decorrência da integralização de Quotas, serão aplicados em Outros Ativos e/ou serão mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo;
- (iii) durante os períodos compreendidos entre a data de recebimento, pelo Fundo, de rendimentos e outras remunerações referentes aos investimentos do Fundo nos Valores Mobiliários e Outros Ativos e a data de distribuição de tais rendimentos e outras remunerações aos Quotistas, a título de pagamento de amortização, tais recursos deverão ser mantidos aplicados em Outros Ativos e/ou ser mantidos em caixa, no melhor interesse do Fundo, observado o disposto no item 10.2 abaixo; e

(iv) o Administrador poderá manter, a qualquer tempo, parcela correspondente a até 10% (dez por cento) do Capital Comprometido do Fundo aplicado exclusivamente em Outros Ativos desde que tais recursos estejam diretamente vinculados a investimentos programados, pagamentos de despesas e outros encargos programados do Fundo, nos termos da regulamentação e deste Regulamento.

8.3.1. Caso os investimentos do Fundo nas Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas não sejam realizados dentro do prazo previsto no subitem (i) do item 8.3 acima, o Administrador decidirá sobre: (i) a prorrogação do prazo referido no subitem (i) do item 8.3 acima; (ii) a permanência dos recursos no caixa do Fundo ou aplicados em Outros Ativos; ou (iii) a restituição, aos Quotistas, dos valores já aportados no Fundo mediante a integralização de suas Quotas e que sejam referentes aos investimentos originalmente programados e que não tenham se concretizado, valores estes corrigidos pelos rendimentos das aplicações nos Outros Ativos, se houver.

8.3.2. Os valores restituídos aos Quotistas, na forma do item 8.3.1, não serão contabilizados como Capital Integralizado e deverão recompor o Capital Comprometido do respectivo Quotista, valores estes que poderão ser solicitados novamente pelo Administrador, nos termos do item 12.5 abaixo.

8.4. Os dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que venham a ser distribuídas em benefício do Fundo, por conta de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo e serão considerados para fins de pagamento de parcelas de amortização aos Quotistas.

8.5. O Fundo não realizará operações de empréstimo de qualquer natureza, exceto nas modalidades previstas na Instrução da CVM nº. 406, de 27 de abril de 2004, conforme alterada, e somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades autorizadas pela CVM.

CO-INVESTIMENTO

8.6. O Administrador poderá, a seu exclusivo critério, compor os recursos investidos do Fundo com recursos de outros investidores, incluindo outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo Administrador ou suas Partes Ligadas.

CLÁUSULA NONA – DO PERÍODO DE INVESTIMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

9.1. O Fundo terá um período de investimentos em Valores Mobiliários (“Período de Investimento”) que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por 05 (cinco) anos.

9.1.1. O Período de Investimento poderá ser encerrado antecipadamente ou prorrogado por até 2 (dois) períodos de 1 (um) ano cada, a critério do Administrador.

9.2. O Administrador poderá, após o término do Período de Investimento, exigir integralizações remanescentes, até o limite do Capital Comprometido, a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

- (i) de compromissos assumidos pelo Fundo perante a Companhia Investida antes do término do Período de Investimento;
- (ii) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou
- (iii) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir a diluição dos investimentos já realizados ou a perda do controle ou do valor dos ativos das Companhias Investidas, conforme o caso.

CLÁUSULA DEZ – DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

10.1. A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos Quotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas Quotas, observado o disposto no item 12.7 deste Regulamento.

10.2. O Administrador promoverá amortizações parciais e/ou amortização total das Quotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a seu exclusivo critério, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos nos Valores Mobiliários e Outros Ativos, sejam superiores ao valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

10.3. Quaisquer distribuições a título de amortização de Quotas deverão abranger todas as Quotas integralizadas do Fundo, em benefício dos respectivos Quotistas, ressalvada a hipótese prevista no item 12.6 abaixo.

CLÁUSULA ONZE – DO PATRIMÔNIO AUTORIZADO, DO PATRIMÔNIO INICIAL E NOVAS EMISSÕES DE QUOTAS DO FUNDO

11.1. O patrimônio autorizado do Fundo será de até R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) (“Patrimônio Autorizado”).

11.2. O Patrimônio Inicial do Fundo (“Patrimônio Inicial”), após a primeira emissão de Quotas (a “Primeira Emissão”), será formado por, no mínimo, 5.000 (cinco mil) Quotas. O preço unitário de emissão das Quotas será de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o valor de cada Quota, o “Preço de Emissão”), totalizando, o Patrimônio Inicial, o valor subscrito de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). O prazo máximo para integralização das Quotas

constitutivas do Patrimônio Inicial será de 5 (cinco) anos, a contar da respectiva data de registro do Fundo na CVM.

11.2.1. As Quotas representativas do Patrimônio Inicial deverão ser integralizadas nos termos previstos no item 12.5 abaixo.

11.3. Emissões de novas quotas do Fundo ("Novas Quotas"), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador e mediante aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.

11.3.1. Os Quotistas terão direito de preferência para subscrição de Novas Quotas, e respectivas sobras, na proporção de suas respectivas participações no patrimônio do Fundo, na data da respectiva emissão. O direito de preferência referido neste item 11.3.1 poderá ser exercido apenas na Assembleia Geral de Quotistas que deliberar sobre a respectiva emissão.

11.4. O preço unitário de emissão de Novas Quotas, e o seu respectivo preço unitário de subscrição, será definido na Assembleia Geral de Quotistas que deliberar sobre a respectiva emissão.

CLÁUSULA DOZE – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

12.1. As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio.

12.2. Todas as Quotas do Fundo terão forma nominativa e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, mantida pela instituição custodiante.

12.2.1. Todas as Quotas farão jus a pagamentos de amortização em iguais condições, observado o disposto no item 12.6 abaixo.

12.2.2. O valor nominal unitário da Quota será informado/calculado com 7 (sete) casas decimais, sem arredondamento, ou por outro critério definido pelo Administrador.

DIREITOS DE VOTO

12.3. Será atribuído a cada Quota o direito a um voto na Assembleia Geral de Quotistas, observado o disposto no item 12.6 abaixo.

12.3.1. Qualquer Quotista que seja representado pelo Administrador ou Parte Ligada ao Administrador terá seu direito de voto assegurado em toda e qualquer Assembleia Geral de Quotistas, desde que o Administrador ou Parte Ligada ao Administrador esteja atuando na qualidade de gestor ou administrador de veículo de investimento de terceiros, constituído no Brasil ou no exterior, exceto no caso de deliberação prevista no subitem (vi) do item 13.1 abaixo.

EMIÇÃO E SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS

12.4. O Fundo e a emissão de suas Quotas serão registrados perante a CVM, nos termos da regulamentação aplicável, observado a possibilidade de dispensas de registro autorizadas pela CVM.

12.4.1. No ato de subscrição das Quotas do Fundo, representativas do Patrimônio Inicial e/ou de Novas Quotas, o subscritor (i) assinará boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de Quotas e/ou Novas Quotas por ele subscritas ("Capital Comprometido"), nos termos de "Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Subscrição e Integralização", que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas ("Compromisso de Investimento") e (iii) receberá termo de adesão a este Regulamento e exemplar atualizado deste Regulamento, quando deverá declarar que está ciente, (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento e neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento.

INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

12.5. As Quotas do Fundo serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme solicitação do Administrador aos Quotistas, nos termos deste Regulamento e do Compromisso de Investimento. A integralização das Quotas poderá ocorrer por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), ou por outros sistemas operacionalizados por bolsa de valores ou mercado de balcão, a critério do Administrador.

12.5.1. Na medida em que o Administrador identifique necessidades de recursos para investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, os Quotistas serão chamados a aportar recursos no Fundo, mediante a integralização das Quotas que tenham sido subscritas por cada um dos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento (o valor que venha a ser efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas, é doravante designado de "Capital Integralizado").

12.5.2. O Administrador deverá encaminhar notificação por escrito, a cada um dos Quotistas, solicitando a integralização parcial ou total das Quotas originalmente subscritas pelos Quotistas nos termos dos Compromissos de Investimento ("Requerimento de Integralização").

12.5.3. O Requerimento de Integralização especificará o montante e o prazo para integralização das Quotas, que em nenhuma hipótese será inferior a 10 (dez) dias corridos, contados da data de envio pelo Administrador.

12.5.4. As Quotas do Fundo serão integralizadas pelo respectivo preço de subscrição, atualizado pelo IPCA, observado o disposto em cada Compromisso de Investimento firmado com os Quotistas do Fundo ("Preço de Integralização").

12.5.5. O Administrador entregará aos Quotistas recibo de integralização correspondente a cada integralização que seja realizada pelos Quotistas nos termos desta Cláusula Doze.

12.5.6. O procedimento disposto nos itens 12.5.2 a 12.5.5 acima será repetido a cada nova decisão de investimento do Fundo em Companhias Alvo e/ou em Companhias Investidas, se for o caso, e/ou no caso de necessidade de recursos para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, limitado ao valor do Capital Comprometido de cada Quotista.

12.5.7. Os Quotistas, ao subscreverem Quotas na forma do item 12.4 acima, comprometer-se-ão a cumprir com o disposto neste item 12.5 e com os respectivos Compromissos de Investimento, responsabilizando-se por quaisquer perdas e danos que venham a causar ao Fundo na hipótese de não cumprimento de suas obrigações nos termos deste item 12.5 e dos respectivos Compromissos de Investimento, estando também sujeitos ao disposto no item 12.6 abaixo.

INADIMPLÊNCIA DOS QUOTISTAS

12.6. A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Quotista de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos no item 12.6.1 abaixo, resultará em uma ou mais das seguintes consequências ao Quotista inadimplente (o "Quotista Inadimplente"), a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

- (i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembleias Gerais de Quotistas; e/ou (b) alienação ou transferência das suas quotas do Fundo; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas integralizadas; e
- (ii) direito de alienação pelo Administrador das Quotas, integralizadas ou não integralizadas, detidas pelo Quotista Inadimplente a qualquer terceiro, podendo ser Quotista ou não, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

12.6.1. As consequências referidas no item 12.6 acima somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Quotista Inadimplente no prazo de até 05 (cinco) dias, na hipótese do subitem (i), ou de até 30 (trinta) dias, na hipótese do subitem (ii), a contar da data final para dos aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

12.6.2. Qualquer débito em atraso do Quotista Inadimplente perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa não compensatória equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido e juros

moratórios equivalentes a 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito corrigido, observado que o Administrador poderá não aplicar as penalidades previstas neste item 12.6.2 caso obtenha a manifestação favorável da maioria dos Quotistas do Fundo, sendo dispensada a realização de assembléia geral.

12.6.3. Caso o Quotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado nos subitens (i) e (ii) do item 12.6. acima, tal Quotista Inadimplente passará a ser novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Quotas.

12.6.4. Se o Administrador realizar amortização de Quotas aos Quotistas do Fundo enquanto o Quotista Inadimplente for titular de Quotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Quotista Inadimplente serão utilizados pelo Administrador para o pagamento dos débitos do Quotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este item, serão entregues ao Quotista Inadimplente, a título de amortização de suas Quotas.

PROCEDIMENTOS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

12.7. As Quotas do Fundo serão amortizadas observando-se o disposto na Cláusula Dez acima e o disposto neste item 12.7, sendo que o pagamento das amortizações será realizado de forma proporcional ao percentual integralizado por cada Quotista.

12.7.1. Quando a data estipulada para qualquer pagamento de amortização aos Quotistas cair em dia não útil, na praça em que é sediado o Administrador, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte, pelo valor da Quota em vigor no dia do pagamento.

12.7.2. Os pagamentos de amortização das Quotas serão realizados em moeda corrente nacional, por qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

12.7.3. Ao final do prazo de duração do Fundo e/ou quando da liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, todas as Quotas do Fundo deverão ter seu valor amortizado integralmente em moeda corrente nacional após o pagamento de todas as exigibilidades e provisões do Fundo. Não havendo recursos para tanto, será adotado o seguinte procedimento:

- (i) o Administrador convocará uma Assembleia Geral de Quotistas, a qual deverá deliberar sobre os procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos do Fundo para fins de pagamento de amortização das Quotas do Fundo;
- (ii) na hipótese da Assembleia Geral de Quotistas referida acima não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Valores Mobiliários e Outros Ativos, tais Valores Mobiliários e Outros Ativos serão dados em pagamento aos Quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada Quotista será calculada de acordo com o percentual integralizado por cada Quotista em relação ao valor total integralizado à época da liquidação, sendo que, após a constituição do referido condomínio, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades

estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes;

(iii) na hipótese descrita no subitem anterior, o Administrador deverá notificar os Quotistas, (a) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Valores Mobiliários e Outros Ativos, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (b) informando a proporção de Valores Mobiliários e Outros Ativos a que cada Quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade do Administrador perante os Quotistas após a constituição do referido condomínio; e

(iv) caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido acima, essa função será exercida pelo(s) Quotista(s) que detenha(m) a maioria das Quotas integralizadas.

RESGATE DAS QUOTAS

12.8. As Quotas não são resgatáveis antes da liquidação do Fundo.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

12.9. As Quotas do Fundo poderão ser admitidas à negociação no mercado secundário, em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, sem prejuízo de serem negociadas por meio de transações privadas, sempre mediante a observância do disposto nos itens 12.9.1 ao 12.9.3 abaixo.

12.9.1. Todo Quotista que ingressar no Fundo por meio de operação de compra e venda de Quotas no mercado secundário deverá aderir aos termos e condições deste Regulamento, mediante a assinatura de termo de adesão preparado pelo Administrador, nos termos do disposto no item 12.4.1 acima.

12.9.2. Não obstante o direito de preferência previsto no item 12.10 abaixo, caso um Quotista alienante venha a alienar suas Quotas a terceiros e/ou a outros Quotistas antes do pagamento integral do Preço de Integralização das Quotas objeto da operação de alienação, nos termos do respectivo Compromisso de Investimento, tal operação de alienação somente será válida na hipótese do novo titular das Quotas assumir integralmente as obrigações previstas no Compromisso de Investimento em nome do Quotista alienante, nos termos do disposto no item 12.4.1 acima.

12.9.3. O Administrador deverá exigir a comprovação da qualificação disposta no item 2.1 deste Regulamento para proceder a transferência de titularidade de Quotas negociadas no mercado secundário.

12.10. Na hipótese de qualquer Quotista desejar transferir, por qualquer título suas quotas ("Quotas Ofertadas"), deverá oferecê-las primeiramente aos demais Quotistas, os quais terão direito de preferência para adquiri-las, na proporção de sua participação no Fundo na data da respectiva oferta. O Quotista que desejar alienar suas quotas deverá manifestar sua intenção por

comunicação escrita ao Administrador, que informará imediatamente os demais Quotistas, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

12.11. Ocorrendo a hipótese prevista no item 12.10, os Quotistas com direito de preferência terão o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação do Administrador, para se manifestar quanto à sua intenção de adquirir as Quotas Ofertadas e, em caso afirmativo, deverão notificar o Administrador, que enviará a notificação ao Quotista alienante.

12.12. Na hipótese de haver sobras de Quotas Ofertadas, o Administrador deverá informar os Quotistas que exerceram seu direito de preferência, para que estes no prazo de 15 (quinze) dias corridos informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao Administrador, que a encaminhará ao Quotista alienante.

12.13. Após o decurso dos prazos previstos nos itens 12.11 e 12.12 acima e não havendo o exercício do direito de preferência por parte dos Quotistas sobre o total das Quotas Ofertadas, o Quotista alienante poderá alienar a terceiros as Quotas Ofertadas, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias corridos, exceto se a proposta informada originalmente aos Quotistas sofrer qualquer alteração de forma a beneficiar o terceiro comprador.

12.14. Se ao final do prazo previsto no item anterior as Quotas Ofertadas não tiverem sido adquiridas por terceiros ou a proposta sofrer qualquer alteração, nos termos do item anterior, o procedimento previsto neste artigo deverá ser renovado.

12.15. O direito de preferência, nos termos do item 12.10 acima, não se aplica à transferência das Quotas Ofertadas para qualquer Parte Ligada (conforme definido abaixo) ao Quotista alienante.

CLÁUSULA TREZE - DA ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS

13.1. Competirá exclusivamente à Assembleia Geral de Quotistas deliberar sobre as matérias indicadas abaixo, além de outras que venham a ser atribuídas por força deste Regulamento:

- (i) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo Administrador;
- (ii) alterar este Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a destituição ou substituição do Administrador e escolha de seu substituto;
- (iv) deliberar sobre a fusão, incorporação, cisão ou eventual liquidação do Fundo, bem como na hipótese de transformação, nos termos do item 7.7 acima;

- (v) deliberar sobre a emissão e distribuição de Novas Quotas;
- (vi) deliberar sobre a criação e/ou aumento na Taxa de Administração, da Taxa de Performance e/ou de outras taxas a serem devidas ao Administrador;
- (vii) deliberar sobre a prorrogação do prazo de duração do Fundo;
- (viii) deliberar sobre alterações nos quoruns de instalação e deliberação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (ix) deliberar sobre a instalação, composição, organização e funcionamento de novos comitês e conselhos do Fundo;
- (x) deliberar, quando for o caso, sobre requerimento de informações ao Administrador, na forma prevista nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 deste Regulamento;
- (xi) deliberar sobre a realização de operações pelo Fundo de que trata a Cláusula Quatorze deste Regulamento e a celebração de contratos entre o Fundo e Partes Ligadas ao Administrador, quando não aprovadas expressamente na forma deste Regulamento;
- (xii) deliberar sobre a aprovação de despesas do Fundo não previstas na Cláusula Quinze deste Regulamento;
- (xiv) deliberar sobre procedimentos de entrega de Valores Mobiliários e Outros Ativos como pagamento de amortização e/ou resgate de Quotas, observado o disposto no item 12.7 acima; e
- (xiv) deliberar sobre a prestação de garantias pelo Fundo a terceiros, nos termos do item 6.2 acima.

13.1.1. Independentemente do disposto no subitem (ii) do item 13.1 acima, este Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral de Quotistas ou de consulta aos Quotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a expressa exigência da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

13.2. A convocação da Assembleia Geral de Quotistas será realizada mediante envio de correspondência, escrita ou eletrônica, a cada um dos Quotistas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo tal correspondência conter descrição dos assuntos a serem discutidos e votados.

13.2.1. Independentemente da convocação prevista no item 13.2 acima, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

13.3. A Assembleia Geral de Quotistas poderá ser convocada pelo Administrador ou por Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas pelo Fundo.

13.4. Somente poderão votar na Assembleia Geral os Quotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem registrados na conta de depósito dos Quotistas do Fundo.

13.5. Terão qualidade para comparecer à Assembleia Geral os Quotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

13.5.1. Os Quotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador antes da respectiva Assembleia Geral de Quotistas.

13.6. As deliberações das Assembleias Gerais de Quotistas, como regra geral, serão aprovadas por Quotistas que representem a maioria das Quotas subscritas.

13.6.1. As deliberações de que tratam os subitens (ii), (iv), (v), (vi), (vii), (viii) e (ix) do item 13.1 acima será aprovada por Quotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas subscritas.

13.6.2. A substituição do Administrador, caso o mesmo venha a renunciar às suas funções, conforme descrito no item 3.4 acima, ou caso o mesmo seja destituído por ordem da CVM, deverá ser aprovada por Quotistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Quotas subscritas.

13.6.3. A destituição do Administrador, por vontade exclusiva dos Quotistas, deverá ser aprovada por Quotistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Quotas com direito a voto, devendo ser observado, para todos os fins, o disposto no item 12.3.1 acima.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO DE INTERESSE

14.1 Para os fins deste Regulamento, são consideradas partes ligadas ao Administrador ou a qualquer Quotista do Fundo (as “Partes Ligadas”):

(i) qualquer pessoa natural ou jurídica que participe com 10% (dez por cento) ou mais do capital social do Administrador ou de qualquer Quotista, conforme o caso, direta ou indiretamente; ou

(ii) qualquer pessoa jurídica (exceto fundos de investimento) em que o Administrador, um Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 10% (dez por cento) ou mais do capital social, direta ou indiretamente; ou

(iii) qualquer fundo de investimento em que qualquer Quotista ou qualquer das pessoas elencadas no subitem (i) acima participem com 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do patrimônio, direta ou indiretamente; ou

(iv) qualquer pessoa física que seja parente de até segundo grau do Quotista; ou

(v) qualquer pessoa física que seja sócio, administrador ou funcionário do Administrador.

14.2. Será permitido às Partes Ligadas investir no Fundo, bem como atuar como prestadores de serviços do Fundo, sendo que os contratos desses prestadores deverão ser celebrados em bases comutativas, observado o disposto neste Regulamento.

14.3. Qualquer transação entre (i) o Fundo e Partes Ligadas; (ii) o Fundo e qualquer entidade administrada pelo Administrador; ou (iii) as Partes Ligadas e as Companhias Alvo ou Companhias Investidas deverá ser levada para aprovação da Assembleia Geral de Quotistas.

14.3.1. Salvo aprovação da maioria dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral de Quotistas e no caso referido no item 14.3.3 abaixo, é vedada a aplicação de recursos do Fundo em Valores Mobiliários de Companhias Alvo nas quais participem:

(i) o Administrador e qualquer Parte Ligada ao Administrador, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

(ii) os Quotistas titulares de quotas representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto, com porcentagem superior a 10% (dez por cento) do capital social votante ou total;

(iii) quaisquer das pessoas mencionadas nos incisos anteriores que:

(a) estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou

(b) façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos Valores Mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

14.3.2. Salvo aprovação da maioria dos Quotistas e no caso referido no item 14.3.3 abaixo, é igualmente vedada a realização de operações, pelo Fundo, em que este figure como contraparte das pessoas mencionadas nos subitens (i) e (ii) do item 14.3.1 acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo Administrador, quando houver.

14.3.3. Fica expressamente aprovada qualquer operação listada nos itens 14.3.1 ou 14.3.2 acima, desde que a participação do Administrador ou de Partes Ligadas ao Administrador na Companhia Alvo seja inferior a 30% do capital total da respectiva Companhia Alvo.

CLÁUSULA QUINZE - DOS ENCARGOS DO FUNDO

15.1. Constituirão encargos do Fundo as seguintes despesas:

- (i) emolumentos e comissões pagos por operações de compra e venda de Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (ii) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (iii) despesas com impressão, expedição e publicação de anúncios de início e de encerramento de oferta, relatórios, formulários e periódicos, previstas neste Regulamento e na regulamentação;
- (iv) registro de documentos em cartórios, impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas e eventuais, previstas na regulamentação pertinente, inclusive publicações e correspondência do interesse do Fundo e dos Quotistas;
- (v) honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, imputada ao Fundo, se for o caso;
- (vii) parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrentes de culpa ou negligência do Administrador no exercício de suas funções;
- (viii) prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- (ix) quaisquer despesas inerentes à constituição do Fundo, inclusive aquelas incorridas previamente para este fim, ou à fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo;
- (x) taxas de controladoria, de custódia e de liquidação dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo;



- (xi) despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, inclusive para reavaliação dos ativos da Carteira;
- (xii) despesas com taxas cobradas pelos distribuidores das Quotas e pelos mercados onde as Quotas do Fundo estiverem listadas para negociação, se for o caso;
- (xiii) despesas relativas a eventuais operações de empréstimo ou no mercado de derivativos, nas modalidades autorizadas pela CVM, se for o caso;
- (xiv) quaisquer despesas na elaboração e entrega dos documentos referidos nos subitens (vi) e (vii) do item 5.1 acima;
- (xv) despesas relativas à realização de Assembleia Geral de Quotistas; e
- (xvi) despesas gerais de prospecção, identificação e avaliação de investimentos, e prospecção, identificação e avaliação de oportunidades de desinvestimento, inclusive pagamentos de comissões de intermediários.

15.2. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo correrão por conta do Administrador, salvo decisão contrária da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze deste Regulamento.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

16.1. O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo serem segregadas daquelas do Administrador.

16.2. O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações contábeis determinadas pela CVM e por este Regulamento.

16.3. O exercício social do Fundo encerrará em 31 de dezembro de cada ano de seu prazo de duração.

16.4. As demonstrações contábeis do Fundo, elaboradas ao final de cada exercício social, deverão ser auditadas por auditor independente registrado na CVM.

DA AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

16.5. Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da Carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades, inclusive as obrigações relativas

a eventuais empréstimos que venham a ser celebrados pelo Fundo, nos termos deste Regulamento.

16.6. No cálculo do valor da Carteira, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos devem ser avaliados de acordo com os critérios contábeis correntes aplicáveis ao Fundo, de acordo com as disposições deste Regulamento. No primeiro ano após a respectiva data de aquisição, os Valores Mobiliários e os Outros Ativos serão avaliados pelos preços de negociação em mercado de bolsa de valores, nos casos de ativos líquidos ou, quando não houver negociação em mercado organizado, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Valores Mobiliários ou Outros Ativos de renda fixa serão avaliados pelo valor de seu principal atualizado pelas respectivas remunerações, calculadas *pro rata temporis*, e deduzidas eventuais provisões de crédito;
- (ii) Valores Mobiliários de renda variável serão avaliados inicialmente pelo seu custo de aquisição, devendo ser feitas reavaliações de tais Valores Mobiliários somente após o primeiro aniversário de sua aquisição, nos termos previstos no item 16.7 abaixo; e
- (iii) quotas de fundos de investimento terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo, conforme respectivos extratos de investimentos.

16.7. Os Valores Mobiliários de renda variável sem liquidez deverão ser reavaliados, conforme previsto no item 16.7.1 abaixo, nas seguintes situações:

- (i) periodicamente, após o primeiro aniversário de aquisição do respectivo Valor Mobiliário, caso o Administrador entenda necessário; e
- (ii) no prazo não superior a 60 (sessenta) dias imediatamente anterior à qualquer situação de fusão, cisão, incorporação ou liquidação do Fundo, a critério do Administrador; e

16.7.1. A reavaliação dos Valores Mobiliários será feita pelo Administrador com base em relatório de avaliação econômico-financeira ("Estudo de Avaliação"), nos termos do item 16.7.2 abaixo ou outros métodos de avaliação aceitos pelas regras contábeis aplicáveis, a critério do Administrador. O Estudo de Avaliação, se for o caso, deverá ser baseado em avaliações elaboradas por empresa especializada, incluindo empresas de auditoria, consultoria e/ou bancos de investimento atuantes à época das ocorrências referidas acima.

16.7.2. O Administrador poderá utilizar inferência de valor ou de preços observáveis, para reavaliar um determinado Valor Mobiliário da Carteira, com base em negociação efetivada por terceiros compradores, mesmo que tal negociação ocorra fora de bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. O Administrador deverá divulgar deverá remeter aos Quotistas e à CVM:

(i) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem, as seguintes informações:

(a) valor do patrimônio líquido do Fundo; e

(b) número de Quotas emitidas.

(ii) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o término dos períodos encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, as seguintes informações:

(a) a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos Valores Mobiliários e Outros Ativos que a integram;

(b) demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração que tais demonstrações foram elaboradas em consonância com o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável;

(c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor; e

(d) a indicação da instituição custodiante e eventuais outras instituições encarregadas da prestação dos serviços de custódia dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira;

(iii) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:

(a) as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;

(b) o valor patrimonial da Quota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e

(c) os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

17.2. As informações prestadas pelo Administrador ou qualquer material de divulgação do Fundo não poderão estar em desacordo com este Regulamento ou com relatórios e documentos protocolados na CVM.

CLÁUSULA DEZOITO – DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO E DE SEUS INVESTIMENTOS

18.1. A liquidação dos ativos do Fundo será feita de uma das formas a seguir, a exclusivo critério do Administrador, sempre se levando em consideração a opção que possa gerar, na avaliação do Administrador, maior resultado para os Quotistas:

- (i) venda dos Valores Mobiliários e Outros Ativos em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, para aqueles Valores Mobiliários e Outros Ativos admitidos à negociação em tais mercados;
- (ii) venda, por meio de transações privadas, dos Valores Mobiliários e Outros Ativos integrantes da Carteira do Fundo; ou
- (iii) na impossibilidade dos eventos descritos acima, entrega dos Valores Mobiliários e/ou Outros Ativos aos Quotistas, mediante observância do disposto no item 12.7.3 acima.

18.1.1. Em qualquer caso, a liquidação de ativos será realizada com observância das normas operacionais estabelecidas pela CVM aplicáveis ao Fundo.

18.2. Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Quotistas, o Administrador promoverá o encerramento do Fundo, informando tal fato à CVM, no prazo estabelecido na regulamentação e lhe encaminhando a documentação exigida, assim como praticará todos os atos necessários ao seu encerramento das atividades do Fundo perante quaisquer autoridades.

18.3. O Fundo poderá ser liquidado antes de seu prazo de duração na ocorrência das seguintes situações:

- (i) caso todos os Valores Mobiliários tenham sido alienados antes do prazo de encerramento do Fundo;
- (ii) mediante deliberação da Assembleia Geral de Quotistas, observado o quorum de deliberação de que trata a Cláusula Treze; e/ou
- (iii) nos casos previstos na Cláusula Terceira acima.

18.4. O cálculo do valor dos Valores Mobiliários e Outros Ativos para fins de liquidação do Fundo deverá ser realizado observando-se os critérios estabelecidos na Cláusula Dezesesseis acima.

CLÁUSULA DEZENOVE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador e os Quotistas.

19.2. O Fundo não cobrará taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de Quotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de Quotas.

19.3. Os Quotistas do Fundo deverão manter sob absoluto sigilo e confidencialidade (i) as informações constantes de estudos e análises de investimento, elaborados pelo ou para o Administrador; (ii) as suas atualizações periódicas, que venham a ser a eles disponibilizadas; e (iii) os documentos relativos às operações do Fundo, não podendo revelar, utilizar ou divulgar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente com terceiros, qualquer destas informações, salvo com o consentimento prévio e por escrito do Administrador ou se obrigado por ordem expressa de autoridades legais, sendo que nesta última hipótese, o Administrador deverá ser informado por escrito de tal ordem, previamente ao fornecimento de qualquer informação.

19.4. Para todos os meses de correção dos valores previstos neste Regulamento, será utilizada a variação acumulada do último IPCA disponível, calculada *pro rata temporis*. Não será devida qualquer compensação financeira após a divulgação da variação acumulada do último IPCA disponível.

19.5. Os conflitos oriundos da interpretação e/ou implementação do disposto neste Regulamento, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, serão solucionados por arbitragem, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, por 3 (três) árbitros, indicados de acordo com o regulamento da referida Câmara.

CLÁUSULA VINTE – DA TRIBUTAÇÃO

20.1. Conforme legislação vigente na data deste Regulamento, os rendimentos auferidos no resgate das Quotas, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, ficam sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.

20.1.1. Adicionalmente ao previsto no item 20.1 acima, os ganhos auferidos na alienação das Quotas serão tributados:

- (i) à alíquota zero, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa ou fora de bolsa;
- (ii) como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa.

20.1.2. No caso de amortização de cotas, o imposto de renda incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição à alíquota de que trata o item 20.1 acima.

20.1.3. No caso de rendimentos distribuídos à pessoa física, nas formas previstas nos itens 20.1 e 20.1.2 acima, tais rendimentos ficam isentos do imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas.

20.1.4. O disposto nesta Cláusula Vinte somente será válida caso o Fundo cumpra os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM.

20.2. Na hipótese de liquidação ou transformação do Fundo, conforme previsto no § 9º, art. 1º da Lei nº 11.478/10, aplicar-se-ão as alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

20.3. As perdas apuradas nas operações tratadas nesta Cláusula Vinte, quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real não serão dedutíveis na apuração do lucro real.

GLOSSÁRIO – DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO REGULAMENTO

Para fins de referência, as expressões utilizadas em letra maiúscula no texto deste Regulamento terão o seguinte significado:

Administrador:	Pátria Investimentos Ltda., sociedade com sede na Cidade São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 2.055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 05.145.646/0001-80.
Capital Comprometido:	montante de Quotas que o Quotista se comprometeu a integralizar, de forma irrevogável e irretratável, nos termos do Compromisso de Investimento.
Capital Integralizado:	valor efetivamente entregue, pelos Quotistas, ao Fundo, a título de integralização de suas Quotas.
Carteira:	total de recursos e investimentos do Fundo, composta nos termos do item 8.2 deste Regulamento.
Companhias Alvos:	companhias abertas ou fechadas brasileiras, quando referidas anteriormente ao investimento pelo Fundo.
Companhias Investidas:	companhias abertas ou fechadas brasileiras, após receberem qualquer aporte de recursos do Fundo.
Compromisso de Investimento:	“Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Subscrição e Integralização”, que será assinado pelo investidor na data de subscrição de suas Quotas e/ou Novas Quotas.
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários.
Fundo:	Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Novas Quotas:	Quotas emitidas pelo Fundo após a Primeira Emissão, nos termos do item 11.3 deste Regulamento.
Outros Ativos:	Certificados de Depósito Bancário de emissão de instituições financeiras classificadas como de baixo risco de crédito por ao menos duas agências de classificação de risco atuante no País, quotas de emissão de fundos de investimento das classes renda fixa, referenciado DI ou que possuam mais do que 90% de sua carteira em títulos públicos federais, e/ou diretamente em títulos públicos federais.
Partes Ligadas:	qualquer pessoa natural, pessoa jurídica ou fundo de investimento ligado ao Quotista ou ao Administrador, nos termos do item 14.1. deste Regulamento.
Patrimônio Autorizado:	limite previamente autorizado para aumento do patrimônio do Fundo previsto no item 11.1, independentemente de reforma do Regulamento.
Patrimônio Inicial:	montante mínimo a ser subscrito para funcionamento do Fundo, conforme previsto no item 11.2 do Regulamento.
Período de Investimento:	período de investimento em Valores Mobiliários, que se iniciará na data da Primeira Emissão e se estenderá por 05 (cinco) anos, nos termos do item 9.1 do Regulamento.
Preço de Emissão:	valor correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais) por cada Quota.
Preço de Integralização:	preço de subscrição da Quota, atualizado pelo IPCA, conforme o Compromisso de Investimento.
Quotas:	frações ideais do patrimônio do Fundo.
Quotista Inadimplente:	Quotista que descumprir, total ou parcialmente, a obrigação de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização.
Quotistas:	investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, que tenham subscrito Quotas do Fundo.

**Requerimento de
Integralização:**

notificação encaminhada pelo Administrador ao
Quotista, solicitando a integralização parcial ou total
das Quotas subscritas.

Valores Mobiliários:

ações, certificados de depósito de ações, debêntures,
bônus de subscrição ou outros títulos e valores
mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, ou
que confirmam o direito ao recebimento de ações, ou de
outros títulos e valores mobiliários de emissão de uma
Companhia Alvo.

Anexo III ao Prospecto

Declaração do Administrador nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

PÁTRIA

INVESTIMENTOS

DECLARAÇÃO

PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar, sala E, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.145.646/0001-80, na qualidade de administrador ("Administrador") do **Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura**, condomínio fechado constituído nos termos das Instruções CVM n.º 391/03 e n.º 460/07 ("Fundo"), neste ato representado por seu Diretor, o Sr. **Luiz Otavio Reis de Magalhães**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.501.653 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 053.187.248-33, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 7º andar, CEP 01452-001, vem por meio desta declarar, nos termos do art. 56, caput e §5º da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Administrador declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo, e se responsabiliza pela veracidade, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

São Paulo, 29 de junho de 2011.



PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.

Luiz Otavio Reis de Magalhães



Anexo IV ao Prospecto

Declaração do Distribuidor nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03

DECLARAÇÃO

SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355 - 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.285.390/0001-40, na qualidade de distribuidor ("Distribuidor") das quotas de emissão do **PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA**, condomínio fechado constituído nos termos das Instruções CVM nº 391/03 e nº 460/07 ("Fundo"), neste ato representado por seus Diretores, o Sr. Daniel Doll Lemos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.239.563-0, inscrito no CPF/MF sob o nº 275.605.768-18 e o Sr. Gerson Luiz Mendes de Brito, brasileiro, separado judicialmente, contabilista, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.720.162-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 037.453.768-20, ambos com endereço profissional na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 3º andar – Jardim Paulistano – Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem por meio desta declarar, nos termos do art. 56, §1º e §5º da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes. O Distribuidor declara, ainda, que as informações contidas no Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito do investimento no Fundo, e se responsabiliza pela veracidade, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

São Paulo, 29 de junho de 2011.



SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

p. Daniel Doll Lemos e Gerson Luiz Mendes de Brito

Anexo V ao Prospecto
Minuta do Compromisso de Investimento

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS E COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

Pelo presente Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Subscrição e Integralização, as partes a saber:

de um lado,

[NOME], [NACIONALIDADE], [estado civil], [profissão], residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na [ENDEREÇO], portador da Cédula de Identidade RG nº [•] e inscrito no CPF/MF sob o nº [•] (doravante simplesmente designado “Subscritor”),

e, de outro lado,

PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA, fundo de investimento constituído de acordo com o disposto nas Instruções CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e nº 460, de 10 de outubro de 2007 (o “Fundo”), neste ato representado por seu administrador, **PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.**, anteriormente denominada Pátria Investimentos S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2055, 7º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.145.646/0001-80, neste ato representado na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente designado “Administrador”),

Considerando que o Fundo é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos das Instruções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 391, de 16 de julho de 2003, e n.º 460, de 10 de outubro de 2007, conforme alteradas, atualmente regido por regulamento aprovado em 21 de março de 2011, registrado no 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo, Estado de São Paulo, sob nº 8.764.358 (o “Regulamento”),

Considerando que o Administrador aprovou, na Assembleia Geral de Quotistas realizada em 24 de junho de 2011, a segunda emissão de quotas do Fundo (“Segunda Emissão”);

Considerando que a Segunda Emissão é composta por até 3.500 (três mil e quinhentas) quotas, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentas mil reais), a serem distribuídas por meio de oferta pública, nos termos da Instrução CVM 400/03;

Considerando que o preço unitário de subscrição das quotas da Segunda Emissão é de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“Preço de Subscrição”);

Considerando que as quotas da Segunda Emissão serão integralizadas mediante compromissos de integralização a prazo, de acordo com chamadas de capital realizadas pelo Administrador, nos termos definidos no Regulamento e neste instrumento;

Considerando que o Subscritor atende aos requisitos estabelecidos na regulamentação aplicável e no Regulamento para a participação no Fundo e pretende subscrever quotas da Segunda Emissão;

Resolvem as partes firmar o presente “Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Subscrição e Integralização” (o “Compromisso de Investimento”), conforme previsto no item 12.4.1 do Regulamento, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA ACEITAÇÃO DOS TERMOS DO REGULAMENTO

1.1. O Subscritor declara ter amplo conhecimento de todas as normas que regem o funcionamento do Fundo, tendo recebido, inclusive, cópia integral de seu Regulamento, assim como todas as informações necessárias à decisão de efetivar a subscrição das Quotas ora formalizada.

1.2. O Subscritor declara ainda que reconhece e afirma ter lido, entendido e concordado integralmente com todos os termos e condições do Regulamento, bem como com todos os riscos e incertezas envolvidas na aplicação de recursos no Fundo.

1.3. Os termos utilizados em maiúsculas neste Compromisso de Investimento e aqui não definidos terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento em vigor nesta data.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS E DO COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO

2.1. O Subscritor subscreve, neste ato, [☐] (☒) quotas (as “Quotas”) da Segunda Emissão, com preço unitário, nesta data, de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ [☐] (☒) (o “Capital Comprometido”), sendo que esse montante deverá ser integralizado pelo Subscritor no decorrer da vigência do Fundo, nos termos deste Compromisso de Investimento e do Regulamento.

2.1.1. Para fins da subscrição referida no *caput* desta cláusula, foi emitido o Boletim de Subscrição de acordo com o modelo constante no Anexo 1 ao presente Compromisso de Investimento, o qual foi assinado pelo Subscritor e que adquire validade, neste ato, com a autenticação pelo Administrador.

2.1.2. O Administrador se obriga, na forma do Parágrafo 3º, Art. 22 da Instrução CVM 391/03, a autenticar e entregar o correspondente comprovante de pagamento da integralização ao Subscritor, na mesma data em que os valores estejam efetivamente disponíveis na conta corrente do Fundo.

2.2. Na ocorrência do evento descrito no item 3.2.2 abaixo, o Subscritor compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, a subscrever adicionalmente o montante de quotas de emissão do Fundo necessário para recompor o valor total do Capital Comprometido previsto no item 2.1 acima, corrigido na forma do item 3.2 abaixo.

2.2.1. Caso seja notificado pelo Administrador para subscrever novas quotas do Fundo, nos termos do item 2.2 acima, o Subscritor deverá formalizar novo Boletim de Subscrição, de acordo com o modelo constante do Anexo 1 ao presente Compromisso de Investimento, no prazo de até 10 (dez) dias da data de recebimento da respectiva notificação.

2.2.2. Após a celebração do Boletim de Subscrição previsto no item 2.2.1 acima, as novas quotas subscritas pelo Subscritor deverão observar todos os termos e condições previstos neste Compromisso de Investimento e no Regulamento do Fundo, incluindo, mas não se limitando, ao mecanismo de chamada e integralização de quotas subscritas, observado que o Subscritor

não estará obrigado a aportar recursos acima do Capital Comprometido, corrigido na forma do item 3.2 abaixo.

2.2.3. Caso não existam quotas disponíveis para subscrição na data da notificação referida no item 2.2.1 acima, o Subscritor deverá comparecer à assembléia geral convocada pelo Administrador e votar favoravelmente pela emissão de Novas Quotas, nos termos propostos pelo Administrador.

2.2.4. O não cumprimento das obrigações previstas no item 2.2. e nos itens de 2.2.1 a 2.2.3, caracterizará a mora do Subscritor perante o Fundo, sujeitando-o ao disposto nos itens 3.4 e 3.7 abaixo, bem como ao disposto no item 12.6. da Cláusula Doze do Regulamento.

CLÁUSULA TERCEIRA DO COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

3.1. Pelo presente instrumento o Subscritor assume, em caráter irrevogável e irretratável, o compromisso de integralizar a totalidade das Quotas por ele subscritas, nas condições especificadas neste Compromisso de Investimento e no Regulamento.

3.1.1. O Subscritor tem pleno conhecimento e concorda expressamente que o Administrador poderá solicitar aporte de recursos no Fundo até o montante do Capital Comprometido pelo Subscritor, corrigido nos termos do item 3.2 abaixo. Nenhuma disposição do Regulamento ou deste Compromisso de Investimento poderá limitar ou reduzir a obrigação do Subscritor de aportar tal montante no Fundo quando solicitado pelo Administrador.

3.2. Observado o disposto no item 3.2.1 abaixo, o preço de integralização das Quotas será o Preço de Subscrição devidamente atualizado pela variação do IPCA, desde a data de assinatura deste Compromisso de Investimento até cada data de integralização das Quotas (“Preço de Integralização”). Para todos os meses de atualização do Preço de Integralização, será utilizada a variação acumulada do IPCA do mês anterior, calculada *pro rata temporis*.

3.2.1. Caso ocorra qualquer amortização das Quotas antes do Subscritor ter integralizado a totalidade do Capital Comprometido, o Administrador poderá ajustar gerencialmente o Preço de Integralização a fim de refletir a redução do valor contábil das Quotas gerado por tal amortização (“Ajuste Gerencial”).

3.2.2. Caso, em decorrência do Ajuste Gerencial, as Quotas subscritas nos termos do item 2.1 acima sejam totalmente integralizadas antes do aporte integral do Capital Comprometido, corrigido na forma do item 3.2 acima, o Subscritor será obrigado a realizar nova subscrição de quotas do Fundo, nos termos do item 2.2. acima, a fim de recompor o Capital Comprometido previsto neste instrumento. O Administrador poderá dispensar o Subscritor de realizar nova subscrição de quotas, caso o Fundo disponha de recursos suficientes para realização de novos investimentos e/ou para pagamento das despesas programadas.

3.3 Na medida em que o Fundo identifique necessidades de investimento em Companhias Alvo e/ou Companhias Investidas, se for o caso, e/ou necessidade de recursos para o pagamento de despesas e encargos do Fundo, o Subscritor será chamado a aportar recursos no Fundo (“Integralizações Remanescentes”).

3.3.1. O Administrador deverá enviar um requerimento ao Subscritor para realização das Integralizações Remanescentes, especificando, no respectivo requerimento, o prazo e o

montante para integralização das Quotas, que em nenhuma hipótese será inferior a 10 (dez) dias corridos, em qualquer caso observadas as disposições deste Compromisso de Investimento (“Requerimento de Integralização”) e do Regulamento.

3.3.2. O Subscritor deverá cumprir pontualmente as chamadas do Administrador para aportes das Integralizações Remanescentes no Fundo, mediante a integralização total ou parcial das Quotas ora subscritas, pelo Preço de Integralização, a ser realizada durante todo o Período de Investimento. Excepcionalmente, após o Período de Investimento, o Administrador poderá exigir Integralizações Remanescentes a fim de realizar (i) o pagamento de despesas e responsabilidades do Fundo; e/ou (ii) novos investimentos nas Companhias Investidas, que serão destinados ao pagamento ou à constituição de reservas para pagamento:

- (a) de compromissos assumidos pelo Fundo perante alguma Companhia Investida antes do término do Período de Investimento;
- (b) dos custos de estruturação, viabilização e manutenção das operações das Companhias Investidas, inclusive tributos; e/ou
- (c) de aquisição de Valores Mobiliários emitidos por Companhias Investidas, com a finalidade de impedir diluição dos investimentos já realizados ou a perda de controle, conforme o caso.

3.4. A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Subscritor de aportar recursos no Fundo até a data especificada no Requerimento de Integralização, não sanada nos prazos previstos na cláusula 3.5 abaixo, resultará em uma ou mais das seguintes penalidades, a serem exercidas a exclusivo critério do Administrador:

- (i) suspensão dos seus direitos de (a) voto nas Assembléias Gerais de Quotistas; e/ou (b) alienação ou transferência das Quotas; e/ou (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo, que passarão aos demais Quotistas adimplentes, na proporção de suas Quotas integralizadas; e/ou
- (ii) direito de alienação das Quotas pelo Administrador, integralizadas ou não integralizadas, detidas pelo Subscritor a qualquer terceiro, podendo ser Quotista ou não, nos termos e condições do Compromisso de Investimento, a fim de obter recursos para pagamento dos valores devidos ao Fundo.

3.5. As consequências referidas na cláusula 3.4 acima somente poderão ser exercidas pelo Administrador caso o respectivo descumprimento não seja sanado pelo Subscritor no prazo de até 05 (cinco) dias, na hipótese do item (i), ou de até 30 (trinta) dias, na hipótese do item (ii), a contar da data de aporte de recursos especificada no Requerimento de Integralização.

3.6. Para possibilitar o fiel cumprimento do disposto no item (ii) da cláusula 3.4 acima, o Subscritor, neste ato, outorga procuração específica, irrevogável, irretratável e irrestrita ao Administrador, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, conforme modelo constante do Anexo 2 ao presente Compromisso de Investimento. Após a utilização do produto da alienação e transferência das Quotas para quitação dos valores devidos pelo Subscritor e das despesas incorridas na execução de tais procedimentos, o produto excedente, se houver, deverá ser entregue pelo Administrador ao Subscritor.

3.7. Qualquer débito em atraso do Subscritor perante o Fundo será atualizado, a partir da data especificada para pagamento no Requerimento de Integralização até a data de quitação do débito, pela variação percentual acumulada do IPCA, além de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do débito corrigido e juros moratórios equivalentes a 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do débito corrigido, observado que o Administrador poderá não aplicar as penalidades previstas neste item 3.4. caso obtenha a manifestação favorável da maioria dos Quotistas do Fundo, sendo dispensada a realização de assembléia geral.

CLÁUSULA QUARTA DAS DECLARAÇÕES DO SUBSCRITOR

4.1. O Subscritor, neste ato, declara e garante ao Fundo e ao Administrador que nesta data e em cada data em que forem realizadas integralizações das Quotas nos termos deste Compromisso de Investimento, que:

(i) a celebração deste Compromisso de Investimento e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, de (a) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Compromisso de Investimento, dos quais o Subscritor seja parte ou aos quais esteja vinculado; (b) qualquer norma legal ou regulamentar a que o Subscritor ou qualquer dos bens de sua propriedade estejam sujeitos; e (c) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete o Subscritor ou qualquer dos bens de sua propriedade; e

(ii) sua situação econômica, financeira e patrimonial, até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Compromisso de Investimento.

CLÁUSULA QUINTA DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O presente Compromisso de Investimento começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor durante o prazo de duração do Fundo, restando válidas as obrigações aqui previstas até o seu integral cumprimento, mesmo após o encerramento do Fundo.

CLÁUSULA SEXTA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O presente Compromisso de Investimento obriga as partes por si e seus sucessores, a qualquer título.

6.2. Todas as obrigações assumidas neste Compromisso de Investimento são irretratáveis e irrevogáveis e se sujeitam à execução específica, podendo o Administrador se utilizar de qualquer ação ou procedimento, judicial ou extrajudicial, para ver cumpridas todas as obrigações nele assumidas.

6.2.1. O não exercício de qualquer direito previsto neste Compromisso de Investimento não implicará novação ou renúncia, e não excluirá o exercício, a qualquer tempo, de tais direitos ou opções.

6.3. Na hipótese de qualquer disposição deste Compromisso de Investimento vir a se tornar inválida, as demais disposições contratuais nele consignadas permanecerão em pleno vigor, devendo

as partes, de boa fé, acordar na substituição das disposições invalidadas de forma a atingir os seus propósitos originais.

6.4. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Compromisso de Investimento somente será válido se feito por instrumento escrito e devidamente assinado pelas partes.

6.5. O presente Compromisso de Investimento constitui o único e integral acordo entre as partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos, propostas ou entendimentos orais mantidos entre as partes, anteriores à presente data.

6.6. Caso o Subscritor venha a alienar Quotas não integralizadas a terceiros e/ou a outros quotistas do Fundo, tal alienação será realizada mediante observância dos termos e condições do Regulamento e somente será considerada válida na hipótese do(s) novo(s) titular(es) das Quotas assumir(em) integralmente as obrigações previstas neste Compromisso de Investimento, em nome do Subscritor.

6.7. Esse Compromisso de Investimento, uma vez assinado pelas partes, passa a fazer parte integrante e inseparável do Regulamento, devendo ser interpretado em conjunto com os termos e condições das cláusulas do Regulamento.

6.8. Todas e quaisquer dúvidas, questões ou controvérsias em geral relativas ao Compromisso de Investimento ou ao Regulamento serão submetidas a arbitragem, em conformidade com as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

6.8.1. Na hipótese das regras procedimentais do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá serem silentes em qualquer aspecto procedimental, referidas regras serão suplementadas pelas disposições da Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996.

6.8.2. Ao tribunal arbitral (“Tribunal Arbitral”) caberá resolver todas e quaisquer controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade.

6.8.3. O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros, sendo (i) um nomeado pelo Administrador; (ii) o outro (a) pelo Subscritor, no caso da dúvida, questão ou controvérsia for relativa a este Compromisso de Investimento, ou (b) pela Assembléia Geral de Quotistas, no caso da dúvida, questão ou controvérsia for relativa ao Regulamento, excluídos os votos de Partes Relacionadas ao Administrador; e (iii) o terceiro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, será nomeado pelos árbitros nomeados pelas referidas partes. Na hipótese de os árbitros nomeados não chegarem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, este será designado segundo as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da data em que se verificar aludido impasse.

6.8.4. A arbitragem será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, sendo que o idioma da arbitragem será o Português, e a sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo.

6.8.5. O procedimento arbitral, assim como documentos e informações levados à arbitragem, estarão sujeitos ao sigilo.

6.8.6. A sentença arbitral a ser prolatada pelo Tribunal Arbitral poderá ser levada a qualquer tribunal competente para determinar a sua execução, a qual será considerada final e definitiva e vinculará de forma incondicional. Renuncia-se a qualquer direito de recurso, na medida em que tal direito possa ser legalmente renunciado.

6.8.7. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para obtenção de medidas cautelares, para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório à instauração do Tribunal Arbitral.

6.9. Quaisquer comunicações ou notificações de uma parte à outra relacionadas com este Compromisso de Investimento serão consideradas como efetivadas se: (i) entregues pessoalmente contra recibo; ou (ii) enviadas por carta, fax ou e-mail.

6.10. Todas as comunicações ou notificações deverão ser dirigidas aos endereços das partes constante do preâmbulo deste Compromisso de Investimento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e efeito, perante 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, [•] de [•] de 2011

[SUBSCRITOR]

**PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL -
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA**
representado por seu administrador, **PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.**

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO 1 AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS E COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO

PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

CNPJ/MF: 13.416.322/0001-68

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO Nº. [•]

1. CARACTERÍSTICAS DA SEGUNDA EMISSÃO: Emissão de até 3.500 (três mil e quinhentas) quotas, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando o montante de até R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

2. QUOTAS SUBSCRITAS: São subscritas, em decorrência da assinatura deste Boletim de Subscrição, [•] (•) quotas da segunda emissão do **PÁTRIA ENERGIA RENOVÁVEL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA** (o “Fundo”), administrado pelo **PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.**, anteriormente denominado **Pátria Investimentos S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.145.646/0001-80 (o “Administrador”).

3. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO: O preço de subscrição é de R\$ 1.000,00 (mil reais), por quota, totalizando R\$ [•] (•).

4. CONDIÇÕES DE INTEGRALIZAÇÃO, SUBSCRIÇÃO OU AQUISIÇÃO DE SOBRAS: As Quotas serão integralizadas, em moeda corrente nacional, de acordo com os termos e condições do Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Subscrição e Integralização celebrado em [•] de [•] de 2011 entre o Subscritor e o Administrador. No ato de subscrição das Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará este Boletim de Subscrição, que será autenticado pelo Administrador, (ii) se comprometerá, de forma irrevogável e irretratável, a integralizar determinada quantidade de quotas por ele subscritas, nos termos do Compromisso de Investimento; e (iii) receberá exemplar atualizado do Regulamento e do Prospecto, quando deverá declarar que está ciente (a) das disposições contidas no Compromisso de Investimento, no Regulamento e no Prospecto, especialmente aquelas referentes à política de investimento do Fundo e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto. As sobras serão colocadas conforme instruções dadas ao distribuidor (referido no item 5 abaixo) pelo Administrador, se aplicável.

5. INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA COLOCAÇÃO DAS QUOTAS: **SOCOPA – SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.**, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355 - 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.285.390/0001-40.

6. REGULAMENTO E PROSPECTO: O subscritor declara que efetivamente recebeu, neste ato, o Regulamento do Fundo e o Prospecto da Segunda Emissão, tendo lido, entendido e concordado com o seu inteiro teor.

7. PROSPECTO: O prospecto do Fundo se encontra disponível nos endereços eletrônicos:

- CVM: www.cvm.gov.br
- Administrador: <http://www.patriainvestimentos.com.br/pt/downloads.aspx>
- Distribuidor: <https://negocios.socopa.com.br/Conteudo/Prospectos.aspx>

QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR				
8 – Nome: [•]			9 – [CPF]CNPJ/MF:	
10 - Endereço (nº, complemento): [•]				
11 – E-mail: [•]				
12 – Bairro: [•]	13 – CEP: [•]	14 – Cidade: [•]	15 – Estado: [•]	
16 – Telefone / Fax: [•]				
17 – Nome do Representante: [•]				
18 – Profissão: [•]				
19 – Nacionalidade: [•]				
20 – Doc. Identidade / Orgão Emissor: [•]				
21 – DECLARO PARA TODOS FINS QUE (I) ESTOU DE ACORDO COM OS TERMOS DESTES BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO, DO REGULAMENTO DO FUNDO E DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS E COMPROMISSO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO E (II) RECEBI EXEMPLAR DO PROSPECTO DO FUNDO. São Paulo, [•] de [•] de 2011 _____ [SUBSCRITOR]			22 - ASSINATURA DO ADMINISTRADOR São Paulo, [•] de [•] de 2011 _____ Pátria Investimentos Ltda. na qualidade de administradora do Fundo	
23 – TESTEMUNHAS				
_____ NOME: CPF:			_____ NOME: CPF:	

ANEXO 2 AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS E COMPROMISSO DE INTEGRALIZAÇÃO

PROCURAÇÃO

SAIBAM TODOS OS PRESENTES que pelo presente instrumento particular, [●], brasileiro, [estado civil], [profissão], residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na [●], portador da Cédula de Identidade RG nº [●] e inscrito no CPF/MF sob o nº [●] (doravante designado simplesmente o “Outorgante”), irrevogavelmente **NOMEIA** e **CONSTITUI** a **PÁTRIA INVESTIMENTOS LTDA.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.145.646/0001-80 (doravante designada simplesmente a “Outorgada”), na qualidade de instituição administradora do Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (doravante designado simplesmente o “Fundo”), sua bastante procuradora com poderes específicos, irrevogáveis e irretiráveis, nos termos do artigo 684 do Código Civil Brasileiro, para praticar e executar em seu nome todo e qualquer ato que venha a ser necessário, exclusivamente com relação ao item 3.4 (ii) do Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização datado de [●] de [●] de 2011, celebrado entre o Outorgante e a Outorgada (doravante designado simplesmente de “Contrato”), observado ainda o disposto nos itens 3.5 e 3.6 do Contrato, com poderes especiais para:

- a) dispor, cobrar, receber, realizar, vender ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer terceiro, as Quotas do Fundo subscritas pelo Outorgante nos termos do Contrato, a preços e em termos e condições que a Outorgada considerar apropriados, independente de qualquer notificação ao Outorgante, e aplicar o produto assim recebido para o pagamento dos valores devidos e não pagos ao Fundo, nos termos do Contrato; e
- b) tomar quaisquer medidas e firmar qualquer instrumento consistente com os termos do Contrato, inclusive substabelecer o presente mandato, como a Outorgada vier a considerar necessário ou aconselhável para a realização dos objetivos do Contrato.

A Outorgada poderá substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos.

As expressões com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos no Contrato.

Os poderes aqui conferidos são adicionais àqueles outorgados pelo Outorgante à Outorgada no Contrato e não revogam qualquer um desses poderes.

Na ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Outorgante de aportar recursos no Fundo até a data especificada no respectivo Requerimento de Integralização (conforme definido no item 3.3.1 do Contrato), o presente instrumento entrará automaticamente em vigor no 30º

(trigésimo) dia após tal data especificada e continuará em pleno vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações do Outorgante decorrentes do Contrato.

São Paulo, [•] de [•] de 2011

OUTORGANTE:

[NOME]